



**ATA N.º 69/XIII-4.º/2021-25**

1 - Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H00, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, na Freguesia de Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia (continuação):

3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal (continuação);

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prestação de Contas de 2024 – Município de Almada”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Relatório e Contas de 2024”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob - Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2024”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Requalificação da Rua Lourenço Pires de Távora (Parcial) e da Rua Miradouro dos Capuchos” – Aprovação da decisão de contratar, autorização e program. despesa, escolha e peças do proc., Júri, Gestor de Contrato, Coordenador Segurança e Saúde”; **(Retirada)**

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN000466S2025 para “Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores em Instalações Municipais, Escolas e Centros de Saúde, por lotes, pelo prazo de 2 anos”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00328S2025 para “Fornecimento de refeições escolares no Concelho de Almada, para os anos letivos de 2025/2026 e 2026/2027, por lotes”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

(PSD), Sónia Raquel Mota Faria (PSD); Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), António Paulo Júnior (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU); Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU) e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU); Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Raquel Palhotas Pacheco (PS); a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), do Senhor Vereador José Luís Bucho (CDU), da Senhora Vereadora Helena Manuela Azinheira (CDU), da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Maria Cristina Oliveira, Inês Sarti Pascoal, Sara Amaro, Ana Isabel Silva, João Guterres, Andreia Vasques e Daniel Silva.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Maria Cristina Oliveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje venho aqui abordar algumas questões relacionadas com a área compreendida entre Vila Nova da Caparica e o Casalinho da Rosa. Genericamente, são definidas pela Estrada Nacional 10/1, a norte, pela Rua Vale do Tojeiro, onde fica o Colégio Campos Flores a este, e pela Azinhaga da Rosa a oeste.

As questões que eu trago aqui hoje, já levei à Assembleia de Freguesia da União da Freguesias de Caparica Trafaria e lá foi-me dito que eram responsabilidades da Câmara Municipal e, portanto, aqui estou eu a repetir as mesmas questões.

Destaco também que nenhum dos problemas que vou abordar é novo, todos eles já foram reportados diversas vezes, inclusive, na plataforma Almada mais Perto. Face à falta de resolução, venho aqui chamar a atenção para eles novamente.

Por nenhuma ordem especifica vou então abordar quatro problemas.

O primeiro assunto, as estradas que dão acesso ao Casalinho da Rosa. Estamos a falar de uma zona que tem entre prédios e moradias, cerca de quatrocentas habitações e estes acessos são usados por centenas de pessoas todos os dias. No entanto, são duas ruas estreitas, sem passeios, com um piso completamente irregular, cheio



de remendos, cheio de buracos, tapa-se buraco aqui, abre buraco ali. Portanto, é fundamental repavimentar urgentemente esta zona para não parecer uma pista todo o terreno, que na verdade é o que se passa agora.

Segundo assunto, a manutenção dos passeios e o corte de ervas. Eu trouxe algumas imagens que entreguei e poderão ser consultadas.

A mancha verde que veem nesta fotografia é na realidade um passeio, e esta a mesma coisa. Não são zonas verdes, são passeios. São passeios junto a prédios, atrás de caixotes de lixo, ao pé de parques de estacionamento, toda aquela zona está assim e isto repete-se todos os anos. Este ano talvez esteja um pouco pior por causa das chuvas, mas não foi por falta de aviso da população que esta situação não foi resolvida ou sinalizada.

Neste momento há zonas onde não é possível utilizar o passeio e os peões têm de circular pela estrada.

Um terceiro assunto, o lixo e a falta de limpeza das ruas, que aliás, parece ser uma coisa comum a todo o Concelho, mas como é all que eu vivo é dali que eu venho falar.

A recolha do lixo em particular no Casalinho da Rosa, não é feita com a regularidade suficiente. O que é que acontece? Os contentores enchem, os sacos acumulam-se em redor dos contentores, e quando vêm as equipas recolher o lixo, recolhem apenas os sacos, ficando o lixo todo espalhado pela rua.

Ora, não basta pôr autocolantes a dizer para não sujar, é preciso garantir que a limpeza e a recolha do lixo são feitas com regularidade suficiente.

Não há limpeza daquela zona nas vias, o que significa que neste momento todos os ecopontos e caixotes do lixo, têm uma área circundante cheia de vestígios de lixo que incluem pedaços de vidro, pedaços de espelhos, como devem imaginar é bastante perigoso para quem tem animais ou crianças.

Um quarto assunto e com este termino. O estado lamentável em que se encontra o parque infantil de Vila Nova da Caparica. Neste momento a pintura dos equipamentos está bastante degradada, vandalizada, havia dois baloiços, neste momento não há nenhum, havia dois cavalinhos, neste momento há um, o outro partiu-se, ficou uma mola ferrugenta durante imenso tempo e depois tiraram e não substituíram o equipamento.

Portanto, é um parque infantil bastante triste e eu acredito que as crianças do nosso Concelho e as crianças daquela zona merecem melhor.

Termino reforçando que não basta fazer inaugurações, é preciso manter os espaços e garantir que há condições de higiene e segurança. Repavimentar estradas, cortar ervas e limpar as ruas, são obrigações das entidades que governam este território e não podem ser limitadas às áreas mais visíveis do Concelho, porque os munícipes, independentemente da zona onde moram, seja mais visível ou menos visível, têm os mesmos direitos.”

#### 5.2.2 – A Senhora Múncipe Inês Sarti Pascoal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Inês Pascoal, represento a Associação Inspira Mobilidade, e venho partilhar uma preocupação com a obra realizada pela a Câmara Municipal de Almada, em agosto de 2024, na rotunda da Avenida Dom Nuno Alvares Pereira, a rotunda dos bancos em Almada.

Esta intervenção consistiu no alargamento da rotunda de duas para três vias rodoviárias, e na remoção de uma passadeira que assegurava a ligação pedonal na continuidade nesta Avenida, com especial relevância para o acesso ao posto de venda do metro.

No dia 5 de setembro, foi submetido um pedido de informação à Câmara Municipal, ao abrigo da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, para conhecer a fundamentação técnica desta obra, que do ponto de vista da vivencia quotidiana da Cidade, nos parece favorecer o tráfego automóvel em claro detrimento da mobilidade pedonal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sem resposta por parte da Câmara Municipal, recorreu-se à CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Só após esta queixa é que foi recebida a 14 de outubro, uma resposta bastante genérica onde se invocava a melhoria da fluidez automóvel, para supostamente reduzir a poluição e se afirmava que a passadeira não tinha sido removida, mas sim realocada.

No entanto, esta nova localização inclui com um desvio de cerca de oitenta metros a caminhar, o dobro da distância indicada na resposta da Câmara Municipal.

Este aumento penaliza todos os peões, em particular pessoas com mobilidade condicionada. Para algumas pessoas, esses oitenta metros a mais, podem fazer a diferença entre sair de casa ou não.

Outro ponto que levanta dúvidas, a Câmara Municipal afirmou por email, que a obra não estava terminada, faltando a pintura vermelha na nova travessia pedonal. Mas nas redes sociais da Câmara Municipal, a 23 de agosto, a mesma obra foi apresentada como concluída. E afinal perguntamos: está concluída ou não está concluída e qual das versões não está correta ou totalmente correta?

Passados mais de oito meses, a dita pintura vermelha continua por fazer, a travessia continua incompleta e por isso insegura.

Portanto, é essencial que a Câmara Municipal esclareça esta incongruência não apenas para com os munícipes e para a Associação, mas também para com a própria CADA, que avaliou a resposta da Câmara Municipal com base na informação por esta fornecida.

Acresce que até hoje, a Câmara Municipal não disponibilizou os documentos técnicos solicitados. Os estudos de tráfego, sinistralidade, de impacto ambiental ou de segurança pedonal.

Estamos perante uma quebra do dever de transparência e prestação de contas para com munícipes.

Importa também perguntar desde esta intervenção, quantos sinistros ocorreram naquele local? Sabemos que pelo menos duas colisões entre carros e o metro, uma a 17 de janeiro e uma a 14 de março. Será que esta nova via de rodagem está a comprometer a visibilidade e a segurança? Será que não está esta obra ajustada aquela tipologia de rotunda? E será que, esta obra não contribui para o aumento da velocidade dos automóveis?

Esta obra embora pareça pontual, revela na nossa visão uma opção política, priorizar a circulação automóvel.

Como se articulam estas decisões avulsas da gestão do território, com uma visão integrada e de futuro para o nosso Concelho?

O que vemos agora, naquele sítio é uma barreira física para peões, com grades de ferro a tentar impedir o seu atravessamento. Mas sabemos que muitas pessoas continuam a atravessar no mesmo sítio de sempre, mas agora sem passadeira e sem segurança, fazem o caminho a pé numa rotunda de três vias para carros, isto qualquer pessoa pode observar no local.

Isto simboliza bem o que falta, falta um planeamento urbano centrado nas pessoas, num espaço urbano que deveria promover a acessibilidade, segurança e sustentabilidade.

Quando passará Almada a ser pensada com prioridade para quem anda a pé, de bicicleta e em transportes públicos? E não apenas para quem se desloca de carro.

Termino com duas perguntas concretas para as quais solicitava uma resposta.

1 – Quando irá a Câmara Municipal cumprir a Lei e disponibilizar os estudos que fundamentaram esta obra? Assumimos que estes estudos existem.

2 – Onde está o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Almada exigido na Lei de Bases do Clima? Cidades mais justas, seguras e sustentáveis, constroem-se com visão, participação pública e coragem política.”

5.2.3 – A Senhora Múncipe Sara Amaro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



O que me traz aqui não é um caso genérico, mas um caso particular que eu gostaria que a Câmara Municipal me pudesse dar resposta.

Trata-se de uma construção que até da informação que tenho e que obtive junto dos serviços camarários, é uma construção ilegal, que está confinando com a minha moradia e que a meu ver, a informação que até à data recolhi, tem pelo menos cinco ilegalidades.

Uma delas é a ausência da licença de construção, conforme já referi, outra delas diz ao desrespeito pelos afastamentos mínimos obrigatórios ao lote confinante que deveriam de estar na ordem dos três metros de afastamento ao lote confinante.

Tenho também uma situação do sombreamento que esta nova construção devido às cotas de soleira que estranhamento está elevada relativamente à entrada do passeio, ou seja, é uma moradia que tem acesso em rampa para dentro da moradia, não está nivelada com o passeio, faz com que eu tenha um sombreamento para a minha casa, deixo de ter sol, deixo de ter claridade, que ronda os 2,70 metros. Ou seja, eu na sala deixo de ter luz por causa desta nova construção, que desrespeita as cotas de soleira da via pública.

Agravando a situação, eu tenho um aterro contra o meu muro na ordem dos 2,75 metros a 3 metros e um muro de vedação que devia estar de acordo com o RUMA – Projeto de Regulamento Urbanístico do Município, a 2 metros de altura entre propriedades, vou ter uma confrontação de 3,75 metros, o que me parece completamente absurdo, estamos em Portugal não estamos em Berlim e não faz sentido ter um muro de Berlim à minha frente.

Relativamente ao aterro, o desnível que a moradia está a ter relativamente à via pública, está a provocar um aterro contra o meu muro que varia desde 1,75 metro a 2,70 metros de terra, que não necessitava, bastava a arquitetura cumprir o declive que o terreno tem natural, mas não, eles em vez de cumprirem o declive que o terreno tem, alteiam relativamente ao passeio e provocam um aterro de 2,70 metros de terra. Acho que isto é ultrajante chegar a estes valores.

Depois, a falta de segurança propriamente da obra. Estamos a falar de um bairro habitacional, onde há crianças, onde há animais, onde há pessoas que estão na rua, e nós estamos a ter uma obra que não tem vedação, não tem aviso, não tem sinalética de aviso para entrada no estaleiro, o material está totalmente desorganizado quer na via pública, quer num terreno público, porque eles não têm limitação dentro dos próprios materiais e acho que isto vai contra o Decreto-Lei 273/2003 entre outros.

E aquilo que eu venho perguntar à Câmara Municipal e solicitar resposta é a imediata vistoria técnica por parte da Câmara Municipal para verificar efetivamente se a obra está legal ou não, confirmar que o projeto está legal, a informação que eu tenho é que a única coisa que poderá estar aprovado é o projeto de arquitetura, que eu estranho como é que está aprovado quando não cumpre cinco regulamentos.

Gostaria a suspensão da obra imediatamente até aferição da efetividade destes pontos que eu estou aqui a levantar.

A confirmação formal da existência ou não da validade. A informação que tenho é que não existe naquele projeto da especialidade relativamente a este projeto, a única coisa que existe é um projeto de arquitetura.

A revisão do projeto de arquitetura tendo em conta o cumprimento da regulamentação em vigor, ou seja, baixar as cotas, garantir um projeto que não vá criar um desconforto para mim como vizinha.

A intervenção da Câmara Municipal na salvaguarda dos direitos urbanísticos e patrimoniais do meu imóvel, por danos futuros desta contenção de terra que pode criar danos na minha propriedade, a cedência do meu muro.

Gostava também de ter um agendamento com o gestor de projeto que aprovou esta arquitetura sem consultar o meu projeto.”

5.2.4 – A Senhora Múnicipe Ana Isabel Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O meu nome é Ana Isabel Silva e venho aqui falar dos gatos de colónia.

Desde 2016 que esterilizo, ainda não havia o programa CED, e paguei grande parte das esterilizações do meu bolso e com a ajuda da Associação Onde há Gato não há Rato, e neste momento apesar de existir o programa CED, continua da minha parte e como todas as cuidadoras, eu tenho à volta de trinta animais e neste momento gasto em média 200.00€ (duzentos euros) a 300.00€ (trezentos euros) só a nível de alimentação. Sem falar que quando um animal adoce, sou eu que tenho de o capturar, sou eu que tenho que o levar ao veterinário, sou eu que vou ter de pagar tudo o que é despesas de saúde, 300.00€ (trezentos euros), 400.00€ (quatrocentos euros), 500.00€ (quinhentos euros) o que for, posso pagar com prestações porque algumas clinicas privadas podem ajudar. Agora, gostava de saber o que é que a Câmara Municipal pretende fazer nesses cuidados, porque em termos de programa CED é muito bom, esteriliza os animais, depois os animais são soltos e a partir daí não há qualquer tipo de garantia no seu acompanhamento de saúde. Ora, quando um animal adoce, são as cuidadoras como já referi, que pagam os seus tratamentos em internamentos. Cuidar de animais errantes é cuidar também da saúde pública, do equilíbrio ecológico e dos valores da nossa comunidade.

Somos pessoas comuns, neste caso as voluntárias cuidadoras, sem apoio no que fazemos o que o Município devia fazer.

Gostaria de questionar o Regulamento do Cuidador que continua sem sair do papel, assim como o cheque veterinário foi excluído neste protocolo, a ajuda em caso de plano de cuidados de saúde continuados e de urgência. Como se isso não bastasse, rejeitaram a possibilidade de os animais terem cuidados veterinários gratuitos ou a preços reduzidos, aos gatos pertencentes a colónias registadas.

Poderiam estabelecer protocolos com clinicas privadas ou reforçando o Serviço Veterinário Municipal, é uma sugestão.

O que vos peço, sobretudo ao Serviço Veterinário Municipal, à Câmara Municipal de Almada, às entidades promotoras do Programa CED, cooperação do Município com as cuidadoras, nós fazemos o trabalho que a Câmara Municipal de Almada deveria fazer. Somos nós que apanhamos os animais, levamos, neste caso eu não consigo levar ao Serviço Veterinário Municipal porque trabalho das 10H00 às 19H00, e não tenho qualquer possibilidade de levar os animais ao Serviço Veterinário Municipal, para esterilizar e peço nesse sentido cooperação. O Município tem obrigação de assumir a sua parte, a responsabilidade é coletiva. Não entendo muito bem como é que se fala no programa CED e falha tudo o resto. Muita coisa já foi feita neste tempo todo porque já se pode levar os animais a esterilizar à Câmara Municipal de forma gratuita, mas só isso não basta, porque depois cada vez há mais abandonos, cada vez mais pessoas abandonam porque não têm dinheiro para tratar dos animais que estão doentes e quem é que tem o papel de cuidar deles? As cuidadoras. Somos nós que levamos os animais e que pagamos do nosso próprio bolso.

O que é que eu pretendo? Que haja respostas.

Outra coisa, gostava que quando envio emails para o Serviço Veterinário Municipal, que me respondam porque é um bocado triste nós enviarmos emails e não termos qualquer tipo de resposta.

Vocês estão aqui todos a fazer o papel que nós votamos em vocês ou não, e acho que o mínimo que nos podem dar é uma resposta.

Gostaria de saber qual o caminho que as cuidadoras e os animais de rua, podem esperar deste Concelho.”

5.2.6 – O Senhor Município João Pedro Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma palavra de saudação em especial hoje, para todos os encarregados de educação e pais das nossas crianças e jovens de Almada, que frequentam o ensino público.

Após ouvir na última Assembleia Municipal, a versão da Câmara Municipal sobre o estado da escola, tive que vir aqui falar enquanto pai e enquanto encarregado de educação.



2.

Nomeadamente, em relação à Escola EB 2,3 da Costa da Caparica.

Relativamente à alimentação, penso que a Senhora Vereadora devia deslocar-se à escola para provar juntamente com os alunos e ver de facto, se a qualidade é aquela que queremos para os alunos. Mas isso até é um assunto menor quando existem coisas mais graves.

Na Escola EB 2,3, há uma situação em que temos três casas de banho de femininas. Uma está fechada, duas estão a funcionar.

Das duas que estão a funcionar, das casas de banho femininas, nenhuma tem fecho nas portas, nenhuma tranca, e as portas ficam abertas.

Para além disso, é proibido às meninas irem à casa de banho no horário do intervalo, o que quer dizer que têm que ir durante o horário da escola, quando estão nas aulas, isto não faz sentido e estou a falar enquanto pai, portanto, não estou aqui a dar o recado por ninguém.

Estamos a falar de meninas que têm entre os nove e dez anos, começam com a sua menarca, começam a menstruar e que têm direito à sua privacidade. Isso é-lhes negado. Não é a primeira nem é a segunda vez, que pais pedem para ir buscar meninas à escola para poderem ir limpar-se a casa e voltarem para a escola. Se, isto é, aquilo que afirmamos, que Almada é de todos, alguma coisa não está bem.

Cada fecho custa em qualquer superfície comercial, três euros, três euros e cinquenta cêntimos. A desculpa do orçamento, também não me parece que seja por aí.

Foi-nos dito que as pequenas reparações eram da Junta de Freguesia, bem sabemos também, que na Costa da Caparica e isso reconhecemos, a Junta de Freguesia tem feito um esforço para fazer pequenas reparações na maior parte das escolas, mas levando a Escola Centenária uma grande parte desse orçamento ou todo o orçamento, pouco sobre para as restantes reparações.

Em todo o caso, quem delega as competências é a Câmara Municipal, portanto a Câmara Municipal será sempre responsável por essas obras.

Mas poderíamos também falar da Escola da Trafaria, porque chamar aquilo uma escola, é no fundo insultar todos os alunos que lá estão, penso que não seja sequer necessário descrever o que se passa na escola, porque ali não faltam só os fechados das casas de banho, eu diria que falta uma escola completa e que há muito que alunos já lá não deviam estar.

Em contrassenso, e como isto não podia deixar de ser, temos o oposto, na Charneca de Caparica, um aluno que não compre uma t-shirt da escola de 12.00€ (doze euros) com o logotipo da escola, tem falta de material.

Algo não está bem neste Concelho em termos de escola pública, é preciso repensarmos o que queremos fazer e é preciso sobretudo, acompanhar a escolas de perto."

5.2.7 – A Senhora Munícipe Andreia Vasques:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui é o tema dos animais errantes.

O meu nome é Andreia Vasques, eu sou cuidadora registada desde sensivelmente 2016.

Faço a monitorização de uma matilha, tenho duas colónias e já perdi a conta de quantas outras eu ajudo.

A minha realidade é a realidade de inúmeros cuidadores e desde que cuido destes animais errantes que me deparo com despesas diárias, seja com a alimentação, água, desparasitação, cuidados de saúde e por aí fora. Despesas essas que ao longo dos últimos anos têm aumentado face também ao aumento dos animais errantes, abandono e por aí fora.

Mensalmente, as despesas com a alimentação e só a alimentação destes animais, ronda 200.00€ (duzentos euros) a 300.00€ (trezentos euros) e estamos a falar do mínimo dos mínimos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A título de exemplo, a minha última despesa veterinária e a um preço de simpatia ascendeu mais de 1000.00€ (mil euros), de um animal que nem sequer era da minha colónia, era de uma outra colónia que ajudei.

Sendo que estes animais são responsabilidade da Câmara Municipal e não das cuidadoras, questiono qual é o plano da Câmara Municipal para estes animais e as respetivas cuidadoras.

Aproveito também para questionar quando é que o Regulamento dos Cuidadores é aprovado já que este era um dos temas que estava lá mencionado.

É também sabido que foi assinado um protocolo entre a Câmara Municipal e a Egas Moniz, por isso pergunto em que consiste esse protocolo? Esta previsto alguma forma de apoio aos animais e às cuidadoras?

Para finalizar, à Câmara Municipal de Almada pergunto? Além da nossa saúde, tempo, e dinheiro o que é que vocês querem mais que as cuidadoras façam?

Os animais são responsabilidade nossa ou vossa?

5.2.8 – O Senhor Município Daniel Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou Daniel Silva, sou da Escola Anselmo de Andrade e venho aqui entregar um abaixo-assinado que pede com urgência a reparação dos balneários da Escola Anselmo de Andrade e do respetivo Ginásio.

Este documento, subscrito por quatrocentos estudantes, reflete a insatisfação dos estudantes com as atuais condições destas infraestruturas escolares.

Na última Sessão em que aqui estive presente, fiz uma questão à Senhora Presidente da Câmara a propósito de um acontecimento insólito, a queda de parte do teto do Pavilhão e perguntei se perante este episódio grave, teria sido feita alguma averiguação à estrutura do edifício.

Os estudantes não querem uma resposta simples, como a Senhora Presidente Inês de Medeiros deu, foi basicamente “os estudantes da Escola Anselmo de Andrade, não se preocupem, porque nós aqui estamos extremamente preocupados com os estudantes e vamos resolver o vosso problema”. Os estudantes querem saber de forma concreta o que foi feito, houve alguma avaliação técnica da estrutura? Foi iniciado um protocolo de reparação, ou deixou-se a situação arrastar-se até que as consequências agora visíveis, se tornassem inevitáveis?

Os estudantes também exigiram aqui uma data, um compromisso em concreto por parte da Autarquia. Acredito pela forma com que me expressei, possa ter havido algum mal entendido, mas o que se procurava nesta questão, era por exemplo, assumir que as obras na Escola Anselmo de Andrade iriam terminar em setembro, assim que a Escola se inicia-se.

Senhora Presidente Inês de Medeiros, gostava ainda de lhe lembrar que este problema tem raízes em anos de desinvestimento na escola pública por parte do Governo Central, mas atualmente com a municipalização das competências, cabe à Câmara Municipal resolver esta questão. A comunidade escolar, não pode continuar a aguardar por obras que são essenciais para garantir as condições dignas de aprendizagem e de prática desportiva.

Por isso passo a ler o conteúdo do abaixo-assinado:

Excelentíssima Senhora Presidente, da Câmara Municipal de Almada e Senhor Ministro,

Nós os estudantes da Escola Anselmo de Andrade, vimos por meio deste abaixo-assinado, manifestar a nossa preocupação com a crescente degradação dos espaços polidesportivos da nossa escola, especialmente o ginásio e os balneários.

Acreditamos que a prática desportiva é essencial para o bem-estar e para o desenvolvimento dos estudantes. No entanto, as atuais condições do nosso espaço, comprometem não só a qualidade das atividades, mas também a segurança e a dignidade dos que os utilizam.



Por isso, exigimos uma requalificação urgente do ginásio e dos balneários, garantindo instalações adequadas para os estudantes.

Contamos com a atenção e compromisso da Câmara municipal e do respetivo Governo em causa.

Pelos balneários requalificados da Escola Anselmo de Andrade, por Almada.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), João Eduardo Geraldês (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS), Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS) e o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS).

5.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer todos aqueles que vieram aqui hoje intervir, é um exercício cívico e é bom ver, pessoas, sobretudo jovens, preocupadas com o seu futuro e, portanto, saudar-vos pela vossa iniciativa.

Por falta de tempo irei centrar-me no tema que duas cuidadoras trouxeram aqui hoje sobre as colónias.

Na última reunião o PAN deixou aqui uma recomendação para que a Câmara Municipal assegurasse os cuidados veterinários às colónias e a mesma foi chumbada com os votos contra do PS e com a abstenção da CDU e isso deixa-nos perplexos. E deixa-nos perplexos porque só quem não anda no terreno é que não conhece a realidade.

De facto, nós temos cerca de seiscentas colónias registadas com números de Onde há Gato, que tem feito esse trabalho ao longo dos anos, muitas colónias têm trinta, quarenta, cinquenta gatos, é feito um esforço enorme por parte das cuidadoras para os alimentar, e depois quando o animal adoece é um grande drama. Um grande drama porque muitas vezes o dinheiro já está contado para os alimentar, para os desparasitar, para cuidar deles e o que é que elas fazem quando um animal adoece? Não o podem levar ao Serviço Veterinário da Câmara Municipal porque não tem condições, e têm que os levar a uma clínica privada e pagar um preço como se o animal fosse seu. Ora, isto não é justo. Não é justo porque os animais não são das cuidadoras, os animais são da Câmara Municipal, os animais estão chipados em nome da Câmara Municipal. Portanto, a Câmara Municipal tem que no mínimo, por uma medida de justiça, assumir, ajudar, arranjar um protocolo, melhorar os serviços veterinários da Câmara Municipal, alguma maneira tem de o arranjar para o fazer.

Portanto, não aceitamos e não percebemos como é que uma medida justa pode ter sido chumbada e este executivo não fazer nada para ajudar as cuidadoras que fazem um trabalho excelente, se não fossem elas nós teríamos centenas de animais doentes, moribundos, a cair por aí, grávidos, como já tivemos há muitos anos atrás. Não me parece que seja isso, nem quem gosta de animais, nem quem não gosta queira ver para a nossa Cidade.”

5.3.2 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou procurar responder e se não conseguir responder a tudo agora, comprometer-me-ei a responder num curto espaço de tempo às questões que me são colocadas e que possa não ter resposta imediata para elas, e depois passaria a palavra aos Senhores Vereadores para assuntos mais diversos.

Relativamente à Senhora Múncipe Cristina Oliveira, que me entregou aqui este e não querendo de maneira nenhuma, aligeirar as responsabilidades do Município, sabemos todos que temos neste momento um problema grave de recolha de resíduos. Mas há uma coisa que estas fotografias me elucidam logo. Eu tenho aqui quatro fotografias de deposições, uma pode ser responsabilidade do Município, uma direta, atraso na recolha do contentor verde, que é aquele que é do lixo doméstico, mas tenho três fotografias, que têm deposições absolutamente ilegais em sítios onde não circuito. Portanto, uma coisa é haver circuito, pode não passar hoje por um motivo qualquer, passa amanhã, outra coisa é a deposição de tudo o que são monos, cartões, de tudo



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

num sítio onde não é suposto passar circuito. Forçosamente, isto causa duas coisas. Primeiro, para se ir ali vai-se deixar o circuito que é o circuito que está previsto, eventualmente atrasado, a outra é que estas quantidades de resíduos vão com certeza demorar muito mais tempo no local. Portanto, temos que ter em atenção e ainda hoje foi assunto na reunião da tarde, que todos nós temos de ser agentes de que isto não aconteça. Nós temos que, de qualquer forma, para além de tudo o que é informação que já se faz e vamos fazer mais, temos previsto agora uma campanha de informação no local com as pessoas, vamos fazê-lo, mas isto será sempre um problema que não é de Almada, também mal de muitos não é conforto, mas é exatamente por isto que eu digo. É impossível planear nada, quando os resíduos são depositados em qualquer sítio e de qualquer maneira e a qualquer hora. Não é possível manter de facto, uma recolha dentro daquilo que são os parâmetros normais da recolha. Porque aquilo que eu vos digo e digo sempre, o contentor verde, que pode de vez enquanto também estar cheio, regra geral não está. Eu ando pelo Concelho e tenho aqui uma fotografia em que isso se vê, o contentor está fechado e não está cheio e ao lado está uma montanha de resíduos num sítio onde mesmo que lá passe o contentor dos resíduos domésticos, a forma de recolher é para o contentor, aquela viatura não pode recolher estes resíduos que aqui estão, tem que ir uma viatura especial e específica, a um sítio onde não há um circuito programado. Eu não estou a dramatizar. Eu estou a tentar dar-vos aquilo que é a dificuldade, as dificuldades que nós todos os dias temos. E é impossível, eu passo numa rua às 20H00, passou o circuito, porque eu sei a que horas passam os circuitos, e está limpo, eu passo no outro dia ao meio dia, passou a noite apenas, não foi com certeza aquelas pessoas ali do lado que foram lá pôr tudo, está completamente cheio de deposição ilegal, ao lado de um contentor que até ele próprio não está cheio. Simplesmente aquilo não são resíduos para meter naquele contentor.

Sem querer aligeirar tudo o que possam ser responsabilidades do Município, acontecem, temos situações, esta semana por exemplo, tivemos o apagão, não podíamos ir pôr resíduos ao aterro, não houve recolha, tivemos o 1.º de Maio que é o dia em que todos os trabalhadores não trabalham e, portanto, há-se ser um momento em que não há recolha e portanto, vai haver constrangimentos. Já sabemos que há, já estamos a tentar resolvê-los. Mas isto é só dar-vos a noção da necessidade que nós temos todos, de ajudar a informar quem se incomoda com isto, porque há quem não se incomode, e quem se incomoda com isto, ser vigilante e fazer uma informação de boca a boca, nós vamos fazê-lo e descer a esse patamar, e vamos fazê-lo. Vamos ver se resulta, esperemos que sim.

Relativamente às outras questões que têm a ver com a questão das ervas. É verdade, eu pedi o plano de corte de ervas, e tenho aqui no plano de corte de ervas que estarão no Casalinho da Rosa na próxima semana. Há um plano de corte de ervas, nós não conseguimos vencer a humidade e o calor, sem aquilo que era a nossa arma contra as ervas que era o glifosato. Eu continuo a dizer, nunca mais teremos o Concelho com as ervas cortadas, resistindo ao crescimento, inclusive, do próprio clima, nunca mais conseguiríamos ter enquanto decidirmos e decidimos e assim é, não encontrarmos um herbicida que cumpra o papel do glifosato. Não conseguimos.

Relativamente à questão do parque infantil, eu não sou capaz agora de lhe responder, mas prometo que num curto prazo encaminharei para os serviços que tenham a responsabilidade dessa matéria.

Relativamente ao Senhor Município Daniel Silva. Eu garanto-lhe que amanhã vou tentar perceber. Porque é assim: nós tivemos uma ZCAP que esteve instalada no Pavilhão da Anselmo de Andrade, eu estive lá dois dias, tinha balneários com água quente e portanto, a degradação que o Senhor Daniel Silva aqui me reportou, eu tive o cuidado de ligar aos serviços a perguntar, se tinha da parte do Senhor Diretor algum pedido especial de intervenção, aquilo que lhe posso fazer e vou fazê-lo, é tentar perceber porque é que os balneários não funcionam, porque é como lhe digo, isto foi há quinze dias, e foi escolhido e não foi por acaso, havia balneários a funcionar e havia água quente. Portanto, não sou capaz de lhe dizer mais do que isto. Mas também lhe prometo que o farei o mais rapidamente possível.

Relativamente ao Senhor Município João Pereira, é preciso ter aqui noção de duas coisas. O Município recebeu competências, mas não recebeu as competências de todas as escolas. É bom que isto seja claro. Nós temos apenas competências no âmbito das infraestruturas e do pessoal não docente. Portanto, aqui no que reportou, há uma questão dos fechos das portas, que sim efetivamente, são competências delegadas nas Juntas de



Freguesia, agora a questão de não os deixarem ir durante o período do intervalo, isso ultrapassa-nos. Eu posso querer ir perguntar o que se passa, mas vou perguntar, porque não é efetivamente nada que tenha a ver com a organização da escola, tem a ver com o Município, é bom que nós façamos esta separação e que não entendamos agora que o Município manda na escola ou tem intervenção em todas as competências da escola, não tem. A organização da escola é da competência dos seus órgãos próprios em articulação com o Ministério da Educação e não com o Município. De qualquer modo tentarei perceber e saber o que é que se passa até quanto mais não seja, para o reportar eu própria ao Ministério da Educação.”

5.3.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota à Senhora Múncipe Sara Amaro, que tenho referência da sua reclamação que chegou aos serviços de fiscalização e cuja a distribuição correu no dia 9 de abril, portanto, há muito pouco tempo, a sua reclamação deu entrada nos serviços no dia 17 de abril, a equipa de fiscalização reportará ao urbanismo porque irá verificar face aos dados que a Senhora reportou, se esta obra está licenciada ou não, e em que termos foi feito este licenciamento. Não tendo sido licenciado, naturalmente, haverá aqui a abertura de um processo de fiscalização por obra não licenciada que fará o procedimento administrativo adequado.

É o que me cumpre informar neste momento, sendo certo que o processo está para avaliação, instrução e distribuição, porque ele ainda é muito recente.

Obrigada pelo seu contributo, a informação que aqui nos deixa e o alerta para que possamos também seguir este processo com mais proximidade.”

5.3.4 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo à Senhora Múncipe Ana Isabel Silva e também a Senhora Múncipe Andreia Vasques.

Em primeiro lugar, em nome da Câmara Municipal, um agradecimento ao trabalho que diariamente fazem. Nós temos sempre uma dimensão de agradecimento, aliás, fazemos questão nas visitas às colónias em toda a dimensão de colaboração que temos, dizê-lo. Aliás a Senhora Ana Isabel Silva referiu mesma a palavra cooperação e é essa palavra que tem que existir numa relação daquilo que diariamente fazem enquanto cuidadoras informais de colónias e também, enfim, porque os animais são evidentemente, responsabilidade do Município.

É importante duas notas. A primeira é: cheque veterinário é diferente do apoio às cuidadoras. O cheque veterinário foi criado para ajudar famílias em situação de carência para animais que já detêm e para precisamente, garantir que esses animais que detêm, não deixem de ser vacinados, não deixem de ser esterilizados, e, portanto, que as pessoas tenham um mínimo de condições para os manter na sua posse, e para que não sejam forçados a abandona-los etc.

Portanto, o cheque veterinário tem o objetivo de responder às famílias.

Aquilo que, e muito bem falaram, que é uma ideia que a Câmara Municipal, que aliás, já trouxe a reunião de Câmara, que foi um período de consulta pública e está agora, é verdade que está atrasado, mas está agora a aguardar a proposta final que é o Regulamento dos Cuidadores Informais, como bem sabem um dos aspetos que o Regulamento dos Cuidadores Informais trará, é a possibilidade de, forma gratuita os cuidadores registados, terem acesso ao Serviço Veterinário Municipal. E foi também como opção de política, que ano após ano, temos vindo a reforçar aquilo que é o serviço veterinário. Aquilo que foi opção foi reforçar aquilo que são as condições do serviço veterinário, aumentar o número de veterinários que têm no serviço, como sabem aumentaram, aumentar o número de esterilizações, o número de dados que é feito no serviço, e precisamente é aumentando essa resposta que depois melhor conseguimos servir a comunidade.

Nós temos que ter aqui uma estratégia, várias medidas, a do cheque veterinário é dirigida às famílias com carência económica. Aquilo que é o apoio às cuidadoras tem de ser feito por via daquilo que é o reforço da



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

capacidade do serviço e noutras dimensões. Há uma proposta que temos vindo a dialogar em colaboração com o Provedor do Animal que é o Banco Alimentar, e precisamente por isso é que o Município vai agora, de forma permanente, fazer donativos para o Banco Alimentar, precisamente para garantir que donativos de forma periódica para todas as cuidadoras. É nessa dimensão precisamente na palavra que disse “cooperação” aumentando aquilo que são essa dimensão de cooperação e é essa a estratégia.

Tinha aqui mais algumas coisas para dizer, mas não tenho tempo.”

5.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Efetivamente, vivemos num Concelho que, mais vale pedir desculpa do que pedir licença. Por isso, se estiver à espera que alguém vá fiscalizar, vai ter que esperar.

Mas, já sabemos qual é a forma de conseguir uma fiscalização, é de vir aqui reclamar, porque a resposta é: “é já esta semana, vamos já pegar no processo, vamos já seguir, vamos já fazer”. Este é o discurso sempre que alguém vem aqui se queixar: “É já a seguir, porque acabou de chegar, vai já ser tratado”.

Da mesma forma, a limpeza, todos nos queixamos, é terrível por todo o Concelho, esse sítio ia já ser para a semana, já sabemos como é que é feito o plano. O plano, que a Senhora Vereadora falou tem ali um papel que diz: “quem vem reclamar”, é esta a organização. Se vierem aqui munícipes suficientes, então claramente é já para a semana, todos os casos, porque de outra forma, não conseguirão.

Relativamente às escolas, Senhora Vereadora, todas as Sessões há dúvidas sobre as escolas, todas as Sessões há problemas reportados pelas escolas, é urgente que este Município se debruce efetivamente sobre as escolas, e tenhamos um conselho alargado para discutir os problemas das nossas escolas, porque a população não aguenta mais.”

5.3.6 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós já vamos estando habituados, eu diria mal-habituados, a que esta Câmara Municipal, este executivo municipal, se coloque permanentemente numa posição de negação. Nada daquilo que é mau, é da responsabilidade deste executivo municipal. Nada. É tudo responsabilidade dos outros.

As escolas estão mal, estão partidas, não temos responsabilidade nenhuma, são os outros. Há lixo na rua, são os porcos dos almadenses que deitam o lixo para rua, nada é nossa responsabilidade. Já vamos ficando habituados a este discurso. É pena, é lamentável, mas a verdade é essa. Ainda hoje voltamos a assistir a esse discurso.

O que aqui me traz, no entanto, é uma questão muito concreta. Tem a ver com a intervenção do nosso jovem estudante da Escola Anselmo de Andrade, a propósito da degradação das instalações da Escola.

Disse a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, que é responsável pelo pelouro, na Câmara Municipal, que já amanhã vai a correr saber o que é que se passa. Senhora Vereadora, o Munícipe Daniel Silva, esteve aqui há quinze dias a colocar precisamente esta questão. E a Senhora Presidente não teve tempo em quinze dias de ir ver o que se passava, nem sequer teve tempo para ir ver o que é que se passava, vai amanhã. Ficamos à espera que a Senhora Vereadora vá ver amanhã aquilo que se passa, sem grande otimismo. Sem grande otimismo pelo histórico que aqui nos deixa.”

5.3.7 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou responder só em duas frases.



Senhor Deputado Municipal João Geraldês, não ouviu com certeza o que eu disse, porque não deitei a culpa a ninguém. Eu não deitei a culpa a ninguém. Comecei por dizer e disse-o três vezes, que o Município não se eximia às suas responsabilidades.

Portanto, faça o favor, não diga o que eu não disse.

Quando eu digo que vou ver, eu vou mesmo ver, eu vou mesmo ver, pode ter a certeza.

O Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, não sei que Concelho quer, porque existe um Conselho Municipal de Educação, portanto, se tem que colocar questões é o lugar certo para as colocar.”

5.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Vereadora, estamos aqui efetivamente a fazer o quê? Não posso colocar questões aqui? O PS quer sanear de alguma forma as questões que coloco ao executivo? É isso que me é dito, que se eu quiser colocar questões não as posso colocar aqui? Se eu quiser colocar aqui uma questão sobre educação, de alguma forma eu tenho que me restringir e colocar no órgão que o PS acha que é mais desejado? Que não é transmitido, que não é gravado, que não é votado?”

5.3.9 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, eu não disse nada disso, quem falou num conselho alargado, foi o Senhor, não fui eu. Eu disse-lhe que para isso, existia já o Conselho Municipal de Educação. O Senhor é que pediu um conselho alargado que eu não sei o que é, aqui pode colocar todas as questões, obviamente. Não esteja tão exaltado porque não vale a pena. É assim, aqui pode colocar tudo o que quiser, quem pediu e eu não sei o que é e lhe sugeri, é outra questão. Portanto, não se esteja a armar em vítima de que eu estou a querer tirar daqui paciente nenhum porque eu não quero.”

5.3.10 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente, para que todos saibamos e tenhamos a clareza do que estamos aqui a fazer.

O CHEGA ou qualquer outro partido têm o direito de fazer toda e qualquer pergunta, da mesma forma que a Câmara Municipal tem a o direito e o dever de dar a resposta que entender.

Portanto, nem a Câmara do PS escolhe as perguntas do CHEGA, nem o CHEGA escolhe as respostas que são dadas pelo executivo do PS.

E mais, o Senhor Deputado Municipal do CHEGA, disse inclusivamente que, a Câmara Municipal faz a gestão consoante os casos que vêm a uma Assembleia Municipal, isto é sintomático de quem não tem noção do que é gerir uma Autarquia, e ainda bem que não o tem, porque efetivamente, é essa falta de experiência do CHEGA que depois faz o Senhor Deputado Municipal ter este tipo de intervenção que são absolutamente desadequadas. Nenhuma Câmara Municipal, nenhuma organização desta dimensão, poderia estar a trabalhar só acudir aquilo que eram propostas ou perguntas feitas por A, B ou C, não é assim que se gere uma Autarquia e felizmente, não é assim que o PS gere esta Autarquia.”

5.3.11 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Senhora Múdice Inês Pascoal, este assunto já aqui foi várias vezes falado, foi conversado em reuniões de Câmara também. Esta pequena alteração que foi feita, foi feita em articulação com as forças de segurança, precisamente, para permitir uma fluidez de trânsito que estava a prejudicar o Centro de Almada.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nós não diabolizamos os carros, temos que saber conviver com eles e trabalhamos para todos os agentes de mobilidade do Concelho.

Existe um Plano Diretor Municipal que também prevê e acautela as questões do Plano de Mobilidade, está neste momento em revisão. Portanto, é aquilo que se me oferece dizer de uma forma o mais sintética possível.

Relativamente a todos os documentos, foram enviados e entregues, estão na sua posse, relativamente à questão da pintura, ela ainda não foi executada e irá ser executada em breve, não é amanhã, é quando for oportuno, é quando o calendário o permitir e sobretudo também quando as condições climáticas assim o permitirem.”

**6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação);**

**6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal (continuação);**

**6.1.1 – Na continuação do debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Pedro Celestino Pereira (BE), António Pedro Maco (CDS-PP), João Eduardo Geraldês (CDU), Luís Pedro Durão (PSD), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Pedro Manuel Lêdo (PS), Margarida Ramires Paulos (PAN), João Pedro Eixa (PS), Pedro Dias Pereira (PS), o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Matias Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (PS), o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS), a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS) e o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS).**

**6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faz hoje uma semana desde o apagão, e apesar de, aparentemente, em grande parte do Concelho o fornecimento de água ter sido mantido, recebemos diversos relatos de falhas em várias zonas, nomeadamente, em Vila Nova de Caparica, Charneca de Caparica e, ainda ontem, em partes da Costa da Caparica.

Tendo em conta a importância vital da água, há questões precisam ser esclarecidas:

- Que outras zonas foram afetadas?
- Porque é que o fornecimento e o bombeamento de água foram comprometidos em algumas áreas e não em outras?
- Tratou-se de uma falha pontual ou de um problema estrutural? Se for estrutural, haverá riscos futuros para as populações dessas zonas?
- O que planeia a Câmara Municipal fazer para garantir que, em futuras situações de emergência, o abastecimento de água nestas áreas não seja interrompido?

A resiliência das infraestruturas e o acesso contínuo à eletricidade e à água são especialmente críticos, dado que Almada se encontra na linha da frente da exposição a fenómenos climáticos extremos.

É essencial garantir essas infraestruturas, assegurar o acesso a bens essenciais e manter a população informada sobre os planos de contingência e emergência municipais, algo que, neste momento, não está a acontecer.

E já agora, tendo em conta o facto de todos termos sentido o desconforto e o transtorno causado por longas horas sem luz e, em alguns casos, sem água, é importante lembrar que no bairro da Penajóia há pessoas a viver nessas condições há vários meses, sem perspectiva de solução, pelo menos a curto prazo.

Que esta situação sirva para refletir sobre a responsabilidade e solidariedade cívica que devemos ter com todos os munícipes, sobretudo, com os que vivem em permanente privação destes bens essenciais.

Passando à questão dos moradores do Ginjal.

No último dia desta Assembleia Municipal muito se falou do Ginjal, mas nada se disse sobre os seus moradores. Sabemos que foram inicialmente levados para a Escola Anselmo de Andrade e, mais tarde, realojados temporariamente em condições mais dignas.



Tendo em conta que o prazo de realojamento de emergência era até ao passado dia 21, o que queremos saber é:

- Qual é a situação atual destas pessoas?
- Temos relatos de pessoas que foram excluídas deste processo, confirma-se?
- Quais são os planos da CMA em concreto para garantir uma solução habitacional digna após o fim deste alojamento temporário?
- Está a ser preparado algum espaço para se disponibilizar à comunidade artística que ali trabalhava?

Reiteramos que é fundamental assegurar uma resposta que respeite a dignidade das pessoas que já perderam o pouco abrigo que tinham.

Falando agora sobre Costa da Caparica.

Com o regresso do calor, também regressam os banhistas às praias. Contudo, a vigilância contínua mínima e os poucos serviços ativos estão sobrecarregados. Faltam meios humanos, apoios de praia e informações básicas como a sinalização por bandeiras.

O Bloco de Esquerda defende há anos o alargamento da época balnear, pelo menos de abril a setembro, período durante o qual já se verifica uma elevada afluência às praias.

Queremos saber:

- A Câmara Municipal de Almada pretende finalmente alargar o período da época balnear e garantir maior segurança aos banhistas?

Também os transportes públicos continuam a ser uma preocupação grave. As carreiras para a Costa da Caparica são cronicamente mal servidas e com poucos abrigos, basta olhar para o Mercado Municipal da Costa da Caparica. Nos meses de Verão, tornam-se quase impossíveis de utilizar e mesmo o habitual reforço de verão chega tarde e é insuficiente.

- Vamos ter mais um verão sem transportes públicos dignos para a Costa da Caparica?

E quanto às obras do IC20, que continuam a provocar grandes congestionamentos? Quando terminam estas obras, que ninguém pediu, e que estão a tornar a Costa da Caparica menos acessível, aumentando desnecessariamente as emissões de gases com efeito de estufa, a criar filas de carros imensos e a transtornar, especialmente, quem usa os transportes públicos?

Falando sobre árvores e Alterações Climáticas.

No Relatório de Atividade Municipal, verificamos que o saldo entre árvores abatidas e plantadas continua negativo, agravado pela tempestade Martinho. Mas a verdade é que, mesmo sem eventos extremos, o saldo raramente é positivo.

- Das 25.000 árvores prometidas na campanha eleitoral, quantas foram efetivamente plantadas? E qual é saldo o atual? Se positivo, se negativo?

- Quando terá Almada uma política de adaptação climática robusta, com “ilhas verdes” como já acontece em cidades como Barcelona ou Paris?

Gostaria ainda de regressar a uma questão sobre a habitação.

Em relação à casa camarária que ardeu na Rua Almada Negreiros, questionámos a Câmara Municipal há perto de cinco meses sobre a situação da mesma. Na altura, foi dito que finalmente estavam prontos para avançar. Agora vemos que foi adjudicado apenas um “ensaio estrutural”, enquanto a casa, sem janelas, continua exposta à chuva, a pragas e ao risco de desabamento de parte da estrutura, agravando o estado do edifício e comprometendo a saúde pública dos restantes moradores.

Este caso é exemplo da lentidão geral com que se lida com o problema da habitação em Almada.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por fim, queremos também expressar a nossa crítica à decisão de adiar o fogo de artifício do 25 de Abril devido ao luto nacional pela morte do Papa.

Ainda assim, saudamos a celebração do 1º de Maio, uma data de extrema importância para os direitos laborais que deve ser celebrado com a devida dignidade, tal como o 25 de Abril de 1974, deve ser celebrado como o dia da revolução que derrubou o fascismo. Esperamos que nos próximos anos o Dia do Trabalhador seja devidamente celebrado.

Entretanto queremos que fique registado em ata a discordância da bancada do BE com o adiamento do fogo de artifício do dia 25 de Abril.”

6.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste período de intervenção eu queria começar por reconhecer a prestação da Câmara Municipal de Almada aquando da realização em fevereiro último, do Congresso da Juventude Popular de Almada no Pavilhão da Escola da Costa da Caparica. Portanto, reconhecer a ajuda que foi dada pela Câmara Municipal, pelo empenho, pela área do desporto, nomeadamente do responsável Tiago Barbosa. Portanto, quando as coisas correm bem estamos aqui também para o reconhecer.

Depois eu deixo aqui uma questão à Senhora Presidente da Câmara Municipal que não está hoje aqui presente, que fala tanto na defesa dos trabalhadores e com certeza que devemos defender os trabalhadores desta Autarquia e com certeza que temos a certeza que os trabalhadores muito fazem por esta Autarquia, e muitas das vezes são eles mesmos que levam ao colo a Câmara Municipal, tendo em conta que é a sua responsabilidade e o seu dever e o seu direito de trabalhar em prole da Autarquia, mas por vezes também, ou muitas das vezes, este executivo não tem dado o determinado valor que eles mesmos merecem.

E estamos aqui a falar também, na questão da progressão de carreiras e das mobilidades internas. Gostaríamos de saber Senhora Presidente em exercício, o que é que se passa, porque pelos vistos estas mobilidades internas e estas progressões de carreiras estão aparentemente congeladas.

Depois, entrando aqui num tema que já foi falado e que tem a ver com a questão do apagão, que aconteceu no país inteiro e também em Almada.

Nós temos conhecimento que houve zonas do Concelho, onde já não bastava o apagão de eletricidade, também ficamos privados do fornecimento da água. Eu gostaria de perguntar neste caso, ao Senhor Vereador dos SMAS o que é que se passou. Os geradores estavam a funcionar? Estavam nas melhores condições? Tinham capacidade para e pelos vistos não tiveram, para que o fornecimento de água não fosse também uma realidade a par da falta da eletricidade?

Portanto, gostaríamos que o Senhor Vereador deixasse aqui estes esclarecimentos.

Depois, também tivemos infelizmente, mais um rebentamento de uma conduta na Costa da Caparica, ao que parece, os caparicanos estiveram sem fornecimento da água, salvo erro, mais de dez horas.

Aquilo que também temos conhecimento, é que os técnicos, os trabalhadores mais uma vez, estiveram presentes e bem, como eu já referi são muitas das vezes eles que conseguem responder muitas das vezes naquilo que a Câmara Municipal é incompetente. Portanto, gostaríamos de saber o que é que se passou. Pelos vistos os trabalhadores tiveram de abandonar o espaço. Senhor Vereador o que é que se passou? Não tinha pessoal suficiente? A escala estava mal-organizada? Já agora pergunto também, há falta de material nos SMAS? Há problemas nos SMAS? Gostaríamos Senhor Vereador que nos pudesse deixar aqui estes esclarecimentos.

Depois, uma última questão relativamente ao Cais do Ginjal. Nós temos indicação e como é do conhecimento público, tem havido uma série de intervenções e ainda bem, relativamente aquele território. O CDS-PP inclusivamente, já solicitou e como também já foi aqui pedido por outro Deputado Municipal, que a Senhora Presidente se possa dirigir à 3.ª Comissão da Assembleia Municipal, para esclarecimentos, aguardamos que



esses esclarecimentos possam ser dados muito brevemente, porque é um problema do Concelho que todos nós temos que ter conhecimento daquilo que se passa.”

6.1.1.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu tenho aqui um conjunto relativamente amplo de perguntas para fazer à Câmara Municipal, mas não posso deixar de começar esta intervenção sem um profundo lamento sobre a forma como esta Sessão da Assembleia Municipal está a decorrer.

Todos sabemos que tivemos um apagão violento, na passada segunda-feira, que não permitiu que a reunião da Assembleia Municipal se realizasse nesse dia, tivemos outro dia de Assembleia Municipal normal, tínhamos um terceiro dia agendado para o dia 30 de maio, que foi adiado à força - dizemos nós - por sobreposição de uma iniciativa que a Senhora Presidente da Câmara Municipal decidiu impor em cima de uma Assembleia Municipal que estava agendada há meses.

Esta forma de intervenção é lamentável, não é aceitável que um órgão como é a Assembleia Municipal que fiscaliza a atividade da Câmara Municipal, seja preterido em função de um espetáculo do fogo de artifício, que ainda por cima, nós não encontramos nenhuma razão plausível para que não tivesse sido realizado no dia 25 de Abril.

Afinal, a Câmara Municipal de Almada, promoveu todas as iniciativas de celebração do 25 de Abril, todos à exceção do fogo de artifício. Não há nenhuma razão plausível para que o fogo de artifício não tivesse sido do dia 24 para 25 de abril, e isso prejudicou o funcionamento desta Assembleia Municipal, obrigando-nos a estar aqui hoje, dia 5 de maio, já fora inclusivamente, do calendário que a lei nos obriga para a aprovação dos documentos que temos em cima da Mesa para aprovar.

Passado o lamento, vou então às questões que trago relativamente à Atividade da Câmara Municipal.

Sobre segurança no trabalho, diz-nos a informação distribuída que se registaram 37 (trinta e sete) acidentes de trabalho, (na Informação relativa a dezembro de 2024/janeiro de 2025, informava-se a existência de 40 (quarenta) acidentes de trabalho).

As questões que aqui deixamos é que tipo de acidentes de trabalho e que medidas foram tomadas para minorar este problema?

Diz-nos também esta Informação que foram alienadas parcelas municipais a favor do Colégio do Vale: a que se deveu e para que fins se realizou esta alienação?

Terceira questão:

Para quando o início das obras que vêm anunciadas nesta Informação:

- De requalificação do Conjunto habitacional da Quinta de Santo António no Laranjeiro;
- Do edifício habitacional em Quebra Joelhos;
- Do edifício habitacional em Vale dos Castanheiros;
- Do edifício do Arquivo Histórico – Casa Pargana;
- Do Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro;
- Da cobertura do edifício da Oficina da Cultura.

Quarta questão:

Para quando se prevê a conclusão da reabilitação do edifício na Rua Febo Moniz, nº 5 e da construção de habitações municipais na Quinta da Caneira, Quinta do Pombal, Vale do Linhoso e Quinta do Facho?

Quinta questão:



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Diz-nos a Informação, também, que se encontram em instalação, licenciadas pela Câmara Municipal de Almada, superfícies comerciais em Almada, Charneca de Caparica e Feijó, de cinco insígnias distintas: Mercadona, Continente, Intermarché, Pingo Doce e Lidl. Perante esta verdadeira avalanche de cadeias de supermercados, está a Câmara Municipal de Almada a ponderar algum tipo de apoio ao comércio local? Se sim, que tipo de apoio?

Sexta questão:

Diz-nos ainda esta Informação, que há 11 (onze) agregados familiares incluídos no processo de realojamento dos moradores que se encontravam sobre a vala do 2º Torrão, que aguardam o processo de entrega de documentação necessária à avaliação da respetiva elegibilidade:

- Qual a razão pela qual as famílias desalojadas da vala do 2º Torrão, realojadas pela Câmara Municipal de Almada na sequência desse facto, são agora obrigados a passar por esse processo?

Quando se prevê que todos os desalojados da Vala do 2º Torrão estarão definitivamente alojados no nosso Concelho?

Sétima e última pergunta:

Qual o número, à data de hoje, de habitações municipais vagas?"

6.1.1.4 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na página 143 (cento e quarenta e três) da Atividade Municipal, consta uma nota sobre o programa “Praia Protegida”, que indica a manutenção de um dispositivo de prevenção e segurança da época balnear.

Para quem não está por dentro do assunto, trata-se de um programa que visa garantir o socorro aos banhistas durante todo o ano e que terá começado se não estou em erro, em 2018. Este programa foi provavelmente, uma das melhores apostas deste executivo, que nem precisou da taxa municipal turística para o executar.

Garante o apoio a quem procura as nossas praias fora da época balnear. Temos muitos dias de sol, de calor fora do verão e são dias que convidam a ida à praia quando nem sempre o mar está calmo, nem tranquilo.

Se queremos ter visitantes na Costa da Caparica e recebe-los com segurança, é obrigação do Município prestar este apoio essencial. No entanto, o apoio existente é escasso. E porque é que eu digo isto? Porque o programa conta apenas com 4 (quatro) nadadores salvadores, através das diferentes associações para toda a linha de Costa. Podemos correr o risco de estar uma ideia à população de uma falsa sensação de segurança, ao afirmar que lhes proporcionamos vigilância e socorro, mas depois contamos apenas com estes poucos meios. Claro que não são os únicos meios a operar nas praias, este programa do Serviço Municipal de Proteção Civil, trata-se de um complemento da ação da Autoridade Marítima Nacional. Mas faço a seguinte pergunta: Não podemos ser mais ambiciosos em Almada? É que existem riscos inerentes relativamente aos banhos e a segurança pública é uma questão que não escolhe idades.

A questão importante é perceber porque é que temos o mesmo número de nadadores salvadores que tínhamos no início do programa. Corrijam-me se estiver errado, mas foi a informação que consegui encontrar e verificar.

Admito antecipar uma justificação por parte do executivo, que já começa a ser um clássico, que em eventuais limitações se devem ao chumbo do Orçamento para 2025 por parte do PSD. No entanto, após consultar notícias, relatórios da Atividade Municipal informação disponível no site da Câmara Municipal, verifico que desde o início deste programa, em 2018, apenas foi construída uma torre de vigia na Fonte da Telha, em 2023, como projeto piloto, e entregue uma prancha salva vidas avançada. No essencial o programa mantém-se desde a criação com os mesmos quatro nadadores salvadores ao serviço.

Solicito assim, que a Câmara Municipal se pronuncie nesta Assembleia Municipal sobre esta matéria, esclarecendo concretamente em que consiste a manutenção do dispositivo de prevenção e segurança da época balnear, referida na Informação da Atividade Municipal, e solicito igualmente que sejam detalhadas as medidas



previstas para o futuro do programa “Praia Protegida”, com especial enfoque no plano de instalação de torres de vigia em todas as praias do Concelho e nos meios humanos previstos para garantir a segurança das praias.

E por outro lado, o PSD também questiona em termos da saúde, qual é que é o ponto de situação da recuperação da Unidade de Saúde Rainha Dona Leonor, que devido à intempérie dos últimos meses, viu o seu telhado danificado, face aos fortes ventos.

A depressão Martinho foi a 20 de março e é uma obra urgente que não parece ter ainda arrancado, passaram quase oito semanas.

Aliás, vamos falar um bocadinho de saúde.

O PSD considera e é importante aqui reforçar que, o trabalho extraordinário da resposta do Hospital Garcia de Orta, durante o incidente ocorrido no passado dia 28 de abril, quando um apagão deixou o país inteiro sem energia elétrica. Graças ao profissionalismo e competência de toda a equipa, médicos, enfermeiros, técnicos, assistentes operacionais e administrativos, o Hospital conseguiu manter o seu funcionamento com recurso a geradores e procedimentos de emergência devidamente testados e preparados para estas situações.

Importa sublinhar que, segundo declarações do Presidente do Conselho de Administração, a Instituição estava preparada para assegurar a continuidade da operação durante vários dias, sem comprometer a segurança dos utentes, dos profissionais e o que revela não só a capacidade de antecipação e planeamento, mas também a resiliência desta Unidade Hospitalar.

Importa igualmente, enaltecer o trabalho da atual Administração da ULS Almada e Seixal, que apesar das dificuldades herdadas e do contexto particularmente urgente em que atua, tem assegurado a segurança, a estabilidade e a continuidade dos cuidados de saúde prestados à população de Almada, sobretudo nestes momentos mais críticos. Trata-se de uma Administração que de forma injusta foi alvo de críticas na última Assembleia Municipal, por parte de agentes políticos tendo tido responsabilidades governativas, optaram por explorar politicamente situações difíceis, alimentando, discursos populistas e eleitoralistas, quando esquecem convenientemente, as suas responsabilidades diretas no processo de degradação no Serviço Nacional de Saúde ao longo dos últimos oito anos.”

6.1.1.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 28 de Abril, Portugal mergulhou numa situação de verdadeiro colapso energético. Um apagão de dimensões nacionais, que paralisou a nossa economia, que afetou hospitais, escolas, empresas e a vida de milhões de portugueses durante mais de dez horas.

Este incidente não aconteceu por acaso. É consequência direta de anos de irresponsabilidade política.

Foi o Governo do Partido Socialista que, de forma apressada e ideológica, decidiu encerrar as centrais termoelétricas de Pego e de Sines, sem criar alternativas internas viáveis. Em nome de uma suposta transição energética, sacrificou-se a autonomia energética nacional para nos tornar dependentes de energia estrangeira, ironicamente, energia ainda produzida a carvão e energia nuclear, em Espanha.

A farsa é total.

Não salvámos o ambiente, apenas exportámos a poluição para outro lugar e pagamos mais caro pela energia. Perdemos a nossa independência energética, e o povo português paga hoje o preço dessa negligência.

E apesar de já termos há mais de um ano um Governo do PSD, a verdade é que nada foi feito para corrigir essa vulnerabilidade gravíssima.

Mas se isto é grave a nível nacional, em Almada, a atuação do Executivo Socialista também não foi isenta de falhas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Há sete anos que o Partido Socialista governa Almada. Há sete anos que são os senhores os responsáveis máximos pelos destinos do Concelho.

E sempre que há uma crise, sempre que a população precisa de resposta, o PS de Almada falha.

Após poucas horas de apagão, surgiram relatos de moradores do Concelho sem água nas torneiras.

Um Concelho com tarifas de água das mais elevadas do país, um Concelho que se orgulha de "investimentos verdes" e "modernização", não conseguiu manter o fornecimento de um bem essencial em todo o território, após meia dúzia de horas sem eletricidade.

Pergunto:

- Onde estão os geradores de emergência que deveriam garantir o funcionamento das estações de bombagem e dos reservatórios de água?

- Que autonomia têm esses equipamentos? Ou será que pura e simplesmente não existem em todos os locais?

- Onde estão os planos de contingência para proteger a população de Almada em situações de falha energética?

Não falamos de um acidente imprevisto. Falamos de riscos conhecidos, discutidos há anos, documentados em estudos públicos.

Falhar no planeamento é falhar na responsabilidade pública.

Exigimos, em nome dos munícipes, que esta Câmara Municipal apresente:

- Um relatório completo e detalhado dos incidentes ocorridos no dia 28 de Abril;

- A listagem de todas as infraestruturas de abastecimento com ou sem geradores de backup;

- A duração estimada da autonomia de cada sistema.

- E a explicação pública que justifique porque é que, passadas poucas horas, munícipes ficaram sem água em plena crise?

Pergunto diretamente:

O que andaram a fazer estes sete anos, para que, no momento da verdade, Almada demonstrasse tamanha impreparação?

Sete anos de slogans, de promessas, de "boas intenções", e uma insuficiente capacidade de resposta em momentos críticos.

A realidade é dura, mas simples.

Sempre que é preciso agir, o PS falha.

Almada merece melhor."

6.1.1.6 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Lêdo (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo a minha intervenção com uma saudação ao executivo municipal pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo deste mandato, um mandato cheio de vicissitudes, é certo, e com várias provas de resistência.

Sendo nós socialistas os pioneiros das Lojas do Cidadão e, mas também do programa Simplex, que tanto facilitou a vida aos portugueses e às empresas no acesso às instituições públicas do Estado e não só, enalteça sim, hoje finalmente, e depois de muitos anos, temos o garante que teremos uma Loja do Cidadão em Almada.

Este é um projeto muito desejado pela população, que verá uma melhoria significativa no atendimento e no acesso aos serviços públicos.



Não podemos esquecer, que esta obra aqui em Almada da Loja do Cidadão, apesar das dificuldades atuais na área da construção, com custos elevados e escassez de mão de obra qualificada, o executivo soube responder de forma eficaz.

A realização de um segundo concurso público para a empreitada, permitiu a sua consignação, e esse é um grande passo para a concretização deste equipamento essencial.

Da mesma forma, o Centro de Saúde da Costa de Caparica é um exemplo claro da determinação do executivo em garantir que os desafios são para ser transpostos.

Após um concurso deserto, o executivo não desistiu: procurou alternativas e, através de uma consulta a diversas empresas, encontrou uma solução que permitirá concretizar a obra, sempre em cumprimento escrupuloso do Código dos Contratos Públicos.

Esta infraestrutura é de extrema importância para aquela Freguesia e para todos os cidadãos do Concelho. Especialmente hoje, pela forma desastrosa como o Governo PSD tem tratado a saúde das pessoas e sempre a tentar destruir o SNS, aliás, é normal, é igual a si mesmo, porque foi o Partido Social Democrata, que votou contra o Sistema nacional de Saúde na Assembleia da República.

Estas duas obras – a Loja do Cidadão e o Centro de Saúde da Costa – são marcos de um trabalho continuado e determinado. Mas são apenas dois exemplos de um conjunto mais vasto de iniciativas implementadas em Almada. A aposta na mobilidade e na melhoria da qualidade de vida dos munícipes é clara e visível em várias zonas do Concelho.

Mas não ficámos por aqui:

As obras já concluídas como a Estrada Florestal, o Largo de Cacilhas e a requalificação da Avenida do Mar, ou mesmo as empreitadas agora em curso como a melhoria dos acessos às praias da Costa da Caparica e a empreitada da Rua do Juncal, são exemplos concretos de um trabalho focado na valorização do espaço público e na melhoria das acessibilidades.

Contudo, o trabalho não se limitou ao espaço público. Também na área da requalificação do edificado, a Câmara Municipal tem vindo a intervir de forma consistente. Foi criada uma “carteira” de projetos - alguns já em execução, outros prontos a iniciar - que demonstram o claro compromisso em responder às necessidades da população, seja na habitação, na educação ou nos serviços municipais.

Na área da Educação, destaca-se o forte investimento já realizado, com as requalificações na Escola Carlos Gargaté e na Escola Maria Rosa Colaço, e a retirada total do amianto de todas as escolas do Concelho - um esforço hercúleo, muitas vezes esquecido, concretizado num curto espaço de tempo. Estão também em curso as obras de ampliação da Escola Básica da Trafaria, assim como o projeto da Escola da Trafaria e o da nova Escola António Gedeão.

No decorrer do ano 2024, no que concerne a intervenções robustas em edificado escolar, destaca-se a inauguração da requalificação da Escola EB Maria Rosa Colaço.

Paralelamente, verificaram-se intervenções em todas as escolas do Concelho, de maior ou menor escala, visando a manutenção dos edifícios ou melhoria das condições existentes.

Em termos globais, foram 637 (seiscentas e trinta e sete) intervenções ao nível da manutenção e conservação dos espaços escolares.

No que toca à Habitação Municipal, os 95 (noventa e cinco) novos fogos em execução - dos quais 16 (dezasseis), na Quinta da Caneira, serão concluídos já em junho - e as constantes reabilitações do parque habitacional existente são sinais claros de ação.

Adicionalmente, a carteira de projetos integra ainda propostas estruturantes como o futuro Centro de Bem-Estar Animal, a requalificação da Bateria da Raposa e a reconversão do antigo edifício da EDP como novo Centro



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de Serviços Municipais. Os projetos refletem a visão estratégica do executivo e a sua capacidade de planear o futuro com ambição e responsabilidade.

Portanto, posso afirmar com convicção, que estamos a viver um mandato de grande trabalho, com resultados visíveis e significativos nas ruas de Almada. São obras que melhoram a vida dos cidadãos, promovem a mobilidade, o acesso a serviços de saúde, educação e habitação, e espelham o compromisso com um Concelho mais inclusivo, moderno e sustentável.

Deixo, assim, o meu agradecimento a todos os que têm trabalhado de forma incansável para concretizar estas obras, e a minha confiança de que muitas outras virão, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos almadenses.

Gostaria também de dar uma palavra de agradecimento ao Vereador Nuno Matias, pelo seu trabalho excecional que nos deixa e que eu reconheço.

Num mês tão importante como o de abril e maio, comemoramos sem desculpas a liberdade.”

6.1.1.7 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Já aqui foi falado um pouco sobre aquilo que vou abordar novamente.

Na última reunião desta Assembleia Municipal foi aprovado o Regulamento do Cheque Veterinário, como foi aqui referido, após sete anos de espera.

Importa agora saber quando é que o programa entra em vigor e como é que os almadenses irão saber como poderão candidatar-se ao cheque veterinário.

Sobre o novo Centro de Bem-Estar Animal, continuamos sem notícias. Na última reunião que o PAN teve com a Senhora Presidente e aqui mesmo nesta casa, foi dada a palavra deste executivo que o novo Centro iria começar a ser construído ainda neste mandato.

Foi também apresentado um cronograma sobre o processo e até agora nada. O projeto ainda não foi apresentado publicamente, e nem foi a reunião de Câmara o lançamento do concurso para a execução da obra.

O PAN também pediu informação escrita sobre esta matéria ao Gabinete da Senhora Presidente, mas ainda não teve resposta.

O email foi encaminhado para o Gabinete do Senhor Vereador Filipe Pacheco, quase nos parece uma piada, como se não tivesse o email do Senhor Vereador Filipe Pacheco, que sempre tem demonstrado grande vontade de resolver as situações, e disponibilidade para ouvir e acolher as propostas do PAN, mas o email foi dirigido à Senhora Presidente da Câmara Municipal e é dela que espero uma resposta e que se comprometeu a lançar a obra ainda durante este mandato.

Sobra a informação que consta na Atividade Municipal sobre o Programa CED, é dito que 60% das colónias estão controladas. Mas consultando o relatório das Atividades do Onda há Gato de 2024, é dito que 60% foram intervencionadas. Ora, intervencionadas não é sinónimo de controladas. Uma vez que esta realidade dinâmica, muda de um dia para o outro. Existe um controlo regular por parte da Câmara Municipal das colónias intervencionadas para verificar a existência de novos animais não esterilizados? E estes animais que foram esterilizados, quantos foram capturados e devolvidos pela Câmara Municipal? Quantos fizeram recobro no CRO? O Programa CED quer dizer, para quem não sabe: Captura, Esterilização e Devolução, não basta esterilizar. É preciso apostar em equipas que apanhem os animais, e os devolvam após o recobro. Não pode cair tudo para cima das cuidadoras. O controlo de uma colónia é um esforço contínuo, pois, o abandono de animais não esterilizados é uma realidade.

É também importante olhar para o número de animais por colónias, que é provavelmente o indicador mais realista, uma vez que existem colónias com trinta animais e mais. Se forem as colónias mais pequenas aquelas que estão controlados, continuamos com um grande problema em mãos.



O Município continua também a usar fogos de artifício para celebrar, ignorando pessoas mais sensíveis ao ruído, animais e o ambiente. Existem hoje muitas outras formas de celebrar mais modernas, mais inclusivas, menos poluentes, menos prejudiciais, não compreendemos porque é que o executivo não procura alternativas dignas do século XXI.”

6.1.1.8 – O Senhor Deputado Municipal João Pedro Eixa (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha intervenção prende-se com a atuação da Divisão de Juventude. Todavia, e em reação aquilo que já foram as intervenções dos colegas Deputados, não posso evitar por um lado, de fazer papel de polígrafo e relembrar o Senhor Deputado Municipal do CHEGA, de que, Portugal não tem um problema de soberania energética, muito menos está relacionada com a questão da sustentabilidade, pelo contrário, se calhar o futuro e a nossa soberania poderá estar dependente daquilo que é a sustentabilidade energética.

Por outro lado, tenho que fazer uma intervenção porque por um lado, zig, ignoramos o orçamento municipal ter sido chumbado pelo PSD, zag, meses depois estamos aqui a ignorar o facto, de que fomos nós a chumbar, acho estranho.

Relativamente à Juventude, de facto, em Almada a juventude tem um papel reconhecido, mas a sua emancipação continua dependente de fatores estruturais, alguns da responsabilidade do Estado Central, como a educação, a habitação, o emprego digno, outros também responsabilidade do Município, refiro-me à participação, ao apoio ao associativismo e até mesmo ao poio aquilo que é a criação e a fruição cultural.

Começando precisamente por esse último. “O Março à Solta” é um bom exemplo do envolvimento real dos jovens, inovação, mas também de continuidade de uma longa tradição almadense assente na vida cultural e juvenil do Concelho, uma tradição que não começou hoje, é verdade já começou há muitas décadas.

Só este ano participaram mais de mil jovens e menos jovens, nas várias iniciativas promovidas, desde as noites de Serenatas até ao Concerto de Encerramento da exposição do “Filhos do Meio Hip Hop à Margem” que esteve patente no Museu da Cidade.

Portanto, a cultura jovem está viva em Almada e isso é mérito dos jovens, mas também da estrutura que os acompanha.

Passando agora para a vertente da participação democrática, a Assembleia Municipal Jovem e o Conselho Municipal de Juventude, continuam a ser espaços onde os jovens continuam a ser escutados e tem influência real. Só a título de exemplo, na Assembleia Municipal foram eleitos 44 (quarenta e quatro) Deputados Jovens, 22 (vinte e dois) suplentes e estão a ser preparadas 11 (onze) propostas de recomendação. Além disso, o Orçamento Participativo Jovem reforça também o eixo da participação, permitindo aos jovens propor e concretizar projetos como é o caso do Festival Música na Margem. A isto significa dar voz aos jovens.

Por outro lado, o apoio direto às infraestruturas que também não menos importante, a Câmara Municipal continua com as suas visitas técnicas em proximidade com o Movimento Associativo Juvenil.

Também destacar aqui a inauguração da Casa de Madeira a atual sede do grupo 270 dos Escoteiros de Portugal, e também o novo ponto de Biblioteca no Centro Cultural e Juvenil Santo Amaro, que agora promove atividades como podcast juvenil e envolve aquilo que são os criadores locais.

Por último, a nível do apoio direto e das infraestruturas, também ao nível das cedências, registaram mais de 1100 (mil e cem) participantes em cerca de 50 (cinquenta) horas de utilização apenas nos dois centros, referiu-me nomeadamente, o Centro Juvenil de Santo Amaro e também o Ponto de Encontro.

Mas isso não está isolado, pelo contrário, faz parte daquilo que é uma estratégia, faz parte de um Plano Municipal de Juventude em Almada, que foi aprovado pela Câmara Municipal e por este Órgão, que não são apenas um somatório ou um elencar de medidas para os jovens, é efetivamente uma visão estratégica para o Concelho que conta com todos e com todas as forças partidárias.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas isso tudo só possível porque Almada sempre teve e sempre terá, aquilo que é um capital juvenil e associativismo real, feito por pessoas, ideias, coletivos e acima de tudo vontade de transformar.

Por um lado, um capital próprio de almadenses, nascidos aqui no Garcia de Orta ou em Lisboa, mas também um capital proveniente daqueles que escolhem Almada para estudar e trabalhar.

Estratégia Local tem sabido apoiar este capital aumentando as suas capacidades para liderar os seus próprios destinos. Um ótimo e conhecido exemplo, é o trabalho da Associação Lifeshaker sedeadada na Caparica, que mereceu destaque nacional num excelente artigo do Expresso a 26 de fevereiro. O que este exemplo nos mostra é quando damos meios e confiança aos jovens, eles devolvem inovação, inclusão e impacto ao Município.

Caros Deputados, para concluir, Almada afirma-se com legitimidade como um território de oportunidades para as novas gerações, com uma política de juventude estruturada, continua e assente na participação, garantimos que em Almada não há participação simbólica, Almada não tem tocnismo, os jovens são só ouvidos, são partes ativas na mudança. É com os jovens e não apenas para os jovens, que estamos a construir o presente e o futuro de Almada.”

6.1.1.9 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tentando responder às questões que me foram feitas na área da habitação.

Senhor Deputado Municipal João Gerales, 2.º Torrão.

Foi a primeira resposta pública de habitação para aquele território. Aquilo que lhe posso dizer é que todas as pessoas que estavam realojadas provisoriamente, estão realojadas definitivamente, à exceção de duas famílias que não o estão porque recusaram esse realojamento.

Portanto, obviamente, nós não podemos obrigar, e essa operação do 2.º Torrão foi dada como finalizada à semelhança também, daquilo que foi a eliminação do núcleo de génese ilegal, o núcleo precário das Terras da Costa, que está ao dia de hoje completamente eliminado. E aproveito também aqui, para dar um grande agradecimento a todo o Departamento de Habitação e não só, todas as equipas dos vários Departamentos que estiveram envolvidas nestas duas operações, que mostram que nós conseguimos fazer aquilo a que nos propusemos, de eliminar barracas enquadrando sempre as pessoas com a dignidade que merecem.

Relativamente à pergunta concreta que me fez. O Município tem ao dia de hoje 2351 (duas mil trezentas e cinquenta e uma) casas com 2178 (duas mil cento e setenta e oito) rendas lançadas, estamos a falar de 90%. A centena e meia de casas que estamos aqui a falar neste diferencial, são casas que, estão devolutas por várias razões, a maioria delas porque estão em obra. Como muito bem sabem, nós temos só nas duas empreitadas principais de reabilitação de habitação municipal mais de 100 (cem) casas que têm estado a ser reabilitadas. Portanto, estes dados constam também dos vários relatórios de atividade.

Relativamente a todas as outras questões.

Dar a informação que no final deste mês, teremos por exemplo, o edifício da Febo Moniz, um prédio que estava emparedado há mais de uma década, totalmente reabilitado e com 12 (doze) novas frações precisamente para atribuir a novas famílias no âmbito do Habit’Almada. Também ao longo deste ano vamos ter as primeiras casas de construção dos 95 (noventa e cinco) fogos a serem finalizadas e atribuídas à população e, portanto, nessa dimensão estamos a cumprir aquilo a que nos propusemos, construir, reabilitar, adquirir e temos feito isto. É a parte mais importante, ano após ano, temos aumentado muito o número de atribuições, num ano aumentamos sempre o número de atribuições relativamente ao ano anterior, isso significa que estamos a dar mais condições a mais famílias e isso é muito importante mais uma vez, é possível tratar as famílias com dignidade, sabendo bem, aquilo que é o atual contexto nacional, europeu, na área da habitação. Mas, achamos também que, aqui nesta área temos trabalho feito.

Na área do Bem-Estar Animal aproveito para responder, o cheque veterinário evidentemente, é para implementar o mais brevemente possível.



Relativamente ao novo Centro de Recolha Animal, aquilo que lhe posso dizer é que no final deste mês faremos uma apresentação pública do projeto, a obra está para ser lançada brevemente, está numa fase de revisão do projeto que é aquilo que precisa de ser feito para lançar o concurso público de empreitada, mas precisamente por isso, faremos uma apresentação pública que será divulgada, com a presença do arquiteto e também do Senhor Provedor do Animal, explicaremos tudo aquilo que foram as decisões umas delas políticas, outras de dimensão técnica, que presidiram aquilo que vai ser o futuro Centro de Recolha Animal, que será um verdadeiro Centro de Bem-Estar Animal em toda a sua dimensão.”

6.1.1.10 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há duas ou três questões que me parecem mais importantes salientar.

Relativamente às questões do Ginjal, dizer-vos que obviamente, houve agregados familiares que não necessitaram de apoio, outros que tiveram apoio e recusaram e das 20 (vinte) famílias que subsistiram para serem candidatas ao apoio, temos 14 (catorze) que já estão com alojamento entregue e 6 (seis) cumprem as circunstâncias de poderem concorrer ao programa Porta de Entrada, cujo processo está em preparação. Como sabem o Porta de Entrada, tem que ser o próprio a candidatar-se, mas os serviços de atendimento de apoio social estão ao seu lado na ajuda e no apoio à elaboração destas candidaturas.

Portanto, tenho toda a informação circunstanciada, que obviamente não vou aqui partilhar, mas genericamente é esta a situação e o serviço de apoio a atendimento social é efetivamente, o serviço que tem estado na linha da frente e é aquele que reúne condições, tendo em conta já todo o processo e todo o seu trabalho até aqui desenvolvido no Concelho após a transferência de competências, existe desde aí, que está à frente e no apoio a todas estas famílias que ainda persistem e que são situações muito diversas e que obviamente, requerem também soluções muito diversas.

Mas, genericamente estão todas encaminhadas.

Dizer ao Senhor Deputado Municipal António Maco, porque não percebi muito bem, mas posso falar com ele se ele quiser, porque não sei o que são mobilidades internas congeladas e muito menos progressões nas carreiras congeladas. Não existe, estamos num ciclo avaliativo que está a decorrer que é do ano de 2025, concretizou-se o ciclo avaliativo anterior de 2023-2024, aplicou-se o acelerador todas as regras e normas que saíram e foram publicadas, e sabemos que houve várias que o Governo anterior assim decidiu e pôs em marcha no âmbito da valorização dos trabalhadores da Administração Pública, mas carreiras congeladas, não sei, talvez me possa explicar para que eu consiga perceber e dar-lhe alguma explicação que aqui não consigo ver.

Dizer que, relativamente ao Centro Rainha Dona Leonor, apesar de ter sido um procedimento urgente e foi feito com urgência, há procedimentos que é preciso cumprir e que temos previsto o início das obras, as condições climatéricas também não o têm permitido e é uma obra que não vai ser fácil fazer se continuar a chover muito, mas está previsto o início das obras para a próxima semana.”

6.1.1.11 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma telegráfica, dar conta que relativamente à Quinta de Santo António, Casalinho da Rosa, Vale dos Castanheiros, os projetos de execução ou estão concluídos ou estão em vias de estarem concluídos.

Relativamente à Quinta da Caneira, em princípio como foi referido no final de junho, Linhoso final de julho, Pombal final de agosto, conforme foi-me reportado pelo acompanhamento que tem sido feito pelos serviços.

Relativamente à situação referida do fornecimento da água.

Almada foi dos poucos Concelhos onde conseguimos apesar de tudo manter aproximadamente 80% da população sem quebras na água.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente a zonas mais afetadas foi na zona da Costa da Caparica e a zona da Charneca de Caparica, sobretudo as zonas mais altas.

Relativamente a este constrangimento, quero aqui referir, claro que todos nós aprendemos e todas as instituições têm que ver o que correu muito bem e o que correu menos bem e reformular alguns procedimentos, melhorar outros, mas também posso dizer que as próprias populações também têm que ser sensibilizadas para estas questões como aliás, tem sido muito falado em termos nacionais. Nomeadamente, situações desse açambarcamento de água que existiram não só na corrida aos supermercados, mas também, os próprios açambarcamentos de água nomeadamente com o encher de banheiras, foram reportadas situações de contentores do lixo e por aí fora. Portanto, todos nós temos que ter alguma capacidade e maior educação cívica de todos.

No entanto, isso não evita que, vamos trabalhar para que não haja no futuro quebras de fornecimento, sendo também que, aquilo que procuramos sempre salvaguardar foi uma reserva estratégica para algumas instituições, nomeadamente, o Hospital Garcia de Orta, que esteve sempre em trabalho aproximado com os SMAS, por forma a que não houvesse quebras. Ninguém sabia quanto tempo é que ia durar aquela interrupção, portanto, tínhamos que ter uma reserva estratégica de água, por isso também foi feito este controlo do fornecimento.

Foi feita uma gestão cuidada com grande profissionalismo e quero aqui dar aqui uma palavra de agradecimento a todos os serviços da grande competência técnica dos Serviços dos SMAS, e também dar uma palavra de grande apreço pelos serviços de piquete e de urgência dos SMAS, por via e como consequência do apagão que também provocou distúrbios na rede de abastecimento de água, com aparecimento de ruturas, nomeadamente, aquela que foi referida na Costa da Caparica que foi aquela que foi mais visível e que teve maior impacto com a queda de fornecimento de água durante um período mais alongado, conseguimos depois sectionar só uma parte da Costa da Caparica que foi mais penalizada.

Nós gostaríamos que nada disto tivesse acontecido, aconteceu, os SMAS estão preparados para resolver um problema estrutural que é aquela conduta e nomeadamente com a obra para o Juncal que já foi consignada e que estimamos que no início de setembro a obra estará concluída e que esta situação que é recorrente ficar resolvida.

Relativamente à demora que eventualmente possa existir, não houve demora nenhuma, foi uma reparação programada precisamente porque temos sempre de salvaguardar as equipas dos SMAS e quem faz a intervenção não pode ficar em risco de vida. Nomeadamente, numa zona em que é um terreno arenoso e onde inclusive havia uma luminária que era preciso salvaguardar aqui a defesa e integridade física dos trabalhadores dos SMAS a quem mais uma vez agradeço pela disponibilidade demonstrada e pelo trabalho que têm conseguido.”

6.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal na última Sessão desta Assembleia Municipal, referiu um tema que nos parece ser importante e que é o seguinte:

De facto, o Metro vai chegar à Costa da Caparica e à Trafaria e foi, essencialmente, pela ação da Câmara Municipal de Almada liderada pelo Partido Socialista.

De facto, terminados os primeiros estudos e estabilizado o traçado base da extensão da linha 3 do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica e à Trafaria, com a realização de uma primeira fase de participação pública, tendo sido a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa convidada a organizar, mediar e produzir um relatório independente sobre os contributos dados pelos cidadãos sobre este Projeto e tendo em março de 2024, o Governo da República estipulado que o Metropolitano de Lisboa elaborasse todos os estudos necessários ao lançamento de procedimento, tendo em vista a contratação do prolongamento da rede do Metro do Sul do Tejo à Costa de Caparica, ficando ainda esta empresa pública autorizada a desenvolver e contratualizar os referidos estudos num prazo de trinta meses.



De realçar neste processo, a Conferência de Apresentação no dia 10 de fevereiro de 2025, no Auditório do UNINOVA, na NOVA FCT, onde foi dado a conhecer a proposta de extensão do MTS, incluindo o traçado proposto e as suas especificadas técnicas.

Posteriormente tivemos uma Sessão de Participação Pública no dia 20 de fevereiro, no Casino da Trafaria, e uma Sessão de Participação Pública no dia 21 de fevereiro, na INATEL, na Costa da Caparica – Ambas com uma participação popular histórica no Concelho de Almada.

De referir ainda que esta Assembleia Municipal tem vindo também a seguir de perto todo este desenvolvimento, nomeadamente, na 6.ª Comissão e de referir que, depois ainda houve a Conferência de Encerramento, no dia 6 de março, no Auditório 1D – Edifício VII, na NOVA FCT.

A verdade é que iremos ter no nosso Concelho de Almada uma extensão da atual Linha 3 do MTS, que vai ganhar mais 7,16 km e mais 10 estações:

Pêra, Várzea de Pêra (com ligação ao Funchalinho), Centro da Costa da Caparica, Parque Urbano da Costa da Caparica, Santo António, São João, São Pedro, Madame Faber, Bombeiros Voluntários da Trafaria e Estação Fluvial da Trafaria.

O novo traçado contará ainda com ligações aos aglomerados urbanos circundantes, seja por circuito pedonal, seja por circuito ciclovía.

Conterá ainda, a final, com uma interface na Trafaria que fará uma ligação direta com o transporte público fluvial.

Assim sendo, estas novas dez estações representam um aumento de 83% do número de estações existentes na Linha 3 do MTS que, a par do ganho de mais 7,16 km de extensão desse percurso ferroviário, representam um salto significativo na oferta de mobilidade no Concelho de Almada, diminuindo distâncias, aproximando pessoas e contribuindo para um meio ambiente mais verde e mais sustentável, ou seja:

Mais Descarbonização, mais Qualidade do Ar, menos Ruído, Mais Qualidade de Vida.

Este processo de mobilidade no Concelho de Almada irá requalificar o espaço público, criar novas centralidades, e reforçar a estrutura verde, contribuindo para a valorização do nosso território com reabilitação do edificado e do património como é o exemplo do Presidio e da Igreja da Nossa Senhora da Conceição na Trafaria. Contribuirá ainda para o reordenamento do transporte público rodoviário, aproximando ainda mais da realidade um projeto fundamental como o Túnel Imerso Algés-Trafaria.

Tudo isto pela mão da Câmara Municipal de Almada liderada pelo Partido Socialista.

Não esquecer que foi em Almada, na Rua Capitão Leitão, no ano de 2021, que António Costa disse que o MST iria chegar à Costa de Caparica. Ou seja, o PS promete o PS cumpre."

6.1.1.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Vice-Presidente, agradecer as suas respostas.

Senhora Vice-Presidente, há pouco estava-me a referir à progressão de carreira, tem a ver com mobilidade intercarreiras. Pelo conhecimento que temos, desde 2023 ela não existe.

E já agora, questiono também, se por ventura o orçamento tivesse passado, não passou é a democracia a funcionar, tirando a Polícia Municipal, quantos postos de trabalho estariam garantidos para os diversos serviços na Câmara Municipal?

Relativamente ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro dos SMAS. Também agradecer as respostas, mas eu penso que não respondeu relativamente à questão dos geradores, se funcionaram ou não, houve alguma falha, os geradores foram suficientes, o que é que se passou e o que é que isso contribuiu para que os almadenses deixassem de ter água disponível?



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Também, efetuar outra questão que novamente não foi respondida pelo Senhor Vereador que é relativamente aos SMAS. Há falta de material nos SMAS? Se sim, qual o material? E havendo como é que está a pensar resolver essas vagas?”

6.1.1.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais, quero começar por saudar todos os trabalhadores das Freguesias e dos serviços municipais que, com esforço, dedicação e, muitas vezes, em condições extremamente adversas, garantem diariamente resposta à população.

O seu empenho, a realização de horas extraordinárias, a prontidão nas intervenções e a resiliência perante adversidades, merecem o nosso mais profundo reconhecimento.

Importa esclarecer de forma inequívoca que, sempre que nesta Assembleia apontamos falhas graves no estado dos serviços públicos — como faremos de seguida — não estamos a criticar os trabalhadores.

Ao contrário do que sugeriu a Senhora Presidente da Câmara Municipal numa anterior Sessão, as críticas do CHEGA visam, e sempre visaram, a inércia política, a falta de planeamento, a ausência de exigência contratual e a degradação acumulada de sete anos de governação socialista neste Concelho.

O estado da higiene urbana no Concelho de Almada é um escândalo diário, e já o é há anos. E a não aprovação do Orçamento deste ano, não pode continuar a ser desculpa. Se viu o Orçamento chumbado, Senhora Presidente, deve-se precisamente ao facto de ter tido sete anos para resolver situações como estas e falhado redondamente.

Os contentores enchem-se e transbordam, os monos acumulam-se por dias ou semanas, os passeios e bermas estão tomados por ervas daninhas em todas as Freguesias de Almada à Trafaria, da Caparica ao Pragal, da Charneca de Caparica à Sobreda. A paisagem urbana degrada-se, a salubridade pública é posta em causa e os cidadãos sentem e com razão, que foram abandonados.

Este cenário, que já é crónico, não resulta apenas de escassez de meios. É o resultado direto de uma gestão ineficaz, fragmentada e sem controlo.

Há funções executadas pelas Juntas de Freguesia, outras pela Câmara Municipal, outras por empresas contratadas. Mas, o que falta em todas elas, é liderança, articulação e fiscalização eficaz.

Assim, questionamos o Executivo Municipal, com base no que todos os almadenses vivem diariamente:

1 - Quantas reclamações chegaram à Câmara, nos últimos três meses, relativas à higiene urbana, acumulação de monos ou vegetação invasiva nos espaços públicos, e qual foi a taxa de resolução efetiva?

2 - Qual é o plano concreto da Câmara Municipal para assegurar a articulação eficaz com as Juntas de Freguesia e com os privados contratados, na gestão da higiene urbana? Há registos de coordenação formal e avaliação sistemática dos resultados?

3 - Que fiscalização está a ser realizada sobre os contratos em vigor para remoção de monos, corte de vegetação e limpeza urbana? Quantas penalizações foram aplicadas por incumprimento nos últimos doze meses?

4 - Que ações de fiscalização preventiva desenvolveu o Executivo?

5 - Face à evidente insatisfação da população e à degradação do espaço público, que medidas corretivas e exigências concretas foram adotadas ou estão previstas por parte do Executivo?

A imagem das nossas ruas e espaços públicos é o reflexo da governação.

Neste momento, o reflexo é de abandono, desleixo e desresponsabilização. A população exige mais e o CHEGA continuará a ser a sua voz exigente nesta Assembleia Municipal.

Mas o abandono e o desleixo não se limitam à higiene urbana.



Em frente à Escola Básica da Cova da Piedade, na rua de Angola, acampou, sem qualquer intervenção visível das autoridades, um grupo de pessoas em situação de sem-abrigo, que passou a utilizar os espaços exteriores do Ginásio Clube do Sul para pernoitar. Esta situação não é nova nem desconhecida: já vimos esta mesma comunidade estar envolvida em incidentes graves, como incêndios na Romeira.

Já os vimos também em reportagens televisivas a urinar e defecar em espaço público, e agora, o seu novo destino é em frente ao Infantário e à Escola Primária da Cova da Piedade.

Senhora Presidente, chegaram-nos relatos concretos e preocupantes de que há indivíduos deste grupo a urinar diretamente para as redes da escola, mesmo junto ao espaço frequentado diariamente pelas nossas crianças.

Até quando vai o Executivo Municipal permitir esta situação?

Até quando se vai manter esta total ausência de ação, como se nada estivesse a acontecer?

Estamos a falar de espaços escolares, de menores, de condições de saúde pública e segurança elementar que estão a ser postos em risco com a passividade de quem tem responsabilidade de agir.

A incapacidade de prevenir, sinalizar, agir e resolver não é apenas desleixo, é cumplicidade por omissão. Os pais destas crianças estão revoltados e com razão. Não basta prometer soluções em conferências de imprensa ou publicar comunicados em tom otimista, é no terreno, com decisões, que se protege a comunidade.

A pergunta é clara: o que está a Câmara Municipal de Almada a fazer para resolver esta situação concreta e urgente?"

6.1.1.5 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Matias, Presidente da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há uns minutos, o Senhor Deputado Municipal da CDU João Galdes, fez algumas perguntas relativamente à Câmara Municipal de Almada, e trouxe aqui à colação a questão sobre um conjunto de infraestruturas de grandes superfícies ou médias superfícies, em construção na Charneca de Caparica e Sobreda, e também mencionou se havia alguma estratégia de apoio ao comércio local em virtude de eu entender que estava de forma exponencial esse crescimento dessas médias superfícies.

Eu queria antes de passar aqui a algumas considerações, explicar também ao Senhor Deputado Municipal da CDU, que antes de fazer as perguntas convinha também perceber o que é que foi feito no passado, de construção nestas Freguesias. Dar-lhe nota que na Freguesia da Charneca de Caparica, quando tomei posse em 2017, tínhamos três médias superfícies, tínhamos o ALDI na Aroeira, que foi ainda na gestão da CDU, tínhamos o Continente na 377 e o Minipreço frente à Junta de Freguesia. Três médias superfícies e bem. Portanto, nada de novo.

Eu o que me apraz dizer, também, é que na Sobreda tínhamos e bem no meu entender, o LIDL, que permitiu também que fosse em contrapartida a construção do LIDL foi feito no Mercado da Sobreda e acho que requalificou aquele espaço e correu tudo bem.

Dar nota agora daquilo que foi feito pelo PS na Câmara Municipal de Almada.

Foi inaugurado há bem pouco tempo o Pingo Doce e está em construção o LIDL na Charneca de Caparica. Na Sobreda já existia o LIDL e a Câmara Municipal permitiu que fosse construído o Continente.

Portanto, nós temos menos grandes superfícies ou médias superfícies, na Freguesia do que foi no consulado da CDU. Mas isso não há nenhum problema, até vemos com bons olhos que tenham feito isto. E dar-lhe nota que na altura, não reconheço quando foram construídas 3 (três) médias superfícies na Charneca de Caparica e o LIDL na Sobreda, não reconheço nenhuma proposta da CDU de apoio aos pequenos comerciantes. Não conheço nenhuma proposta de apoio ao comércio local como veio aqui sugerir, não conheço.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Agora, é preciso também, fazer aqui um enquadramento de que estas médias superfícies, têm um papel importante na criação de emprego, têm uma requalificação do espaço público na Freguesia, tem sido importante a sua intervenção na requalificação do espaço público, e a Charneca de Caparica e a Sobreda são duas Freguesias que estão a crescer do ponto de vista populacional. Já vamos com 54.000 (cinquenta e quatro mil) pessoas, daqui por 5 (cinco) anos estaremos perto de 60.000 (sessenta mil), é natural, que estas médias superfícies queiram se instalar na Charneca de Caparica porque têm potencial económico e também de abastecimento às populações.

Portanto, este tipo de populismos, de colocação de apoio ao comércio, eu gostava de saber qual era a forma de apoio que a CDU propunha ao comércio local. Se transferia dinheiro, se dava alguns benefícios fiscais, era preciso que a CDU viesse aqui explicar como vai fazer isso. Portanto, estamos a falar de um populismo, de uma pequena conversa sem qualquer interesse porque isto é uma realidade.

Dar nota de uma outra questão, que me parece também importante e que nós temos que perceber.

O comércio local em Almada, no Porto, em Braga, em qualquer Município deste país, não concorre com as grandes superfícies. Têm que ter um produto alternativo, têm que ter outro tipo de captação de clientes que não é aqueles que vão à grande superfície. As grandes superfícies vendo preço, é normal que os pequenos comerciantes e o pequeno comércio não consigam vender ao mesmo preço que as grandes superfícies. Têm que ter outro tipo de negócio direcionado para a qualidade, se calhar, estamos de situações diferentes. Agora, esta questão de vir aqui dizer e pedir à Câmara Municipal, qual é o apoio ao comércio local, parece-me uma coisa muito parecido que nós conhecemos bem à direita.”,

6.1.1.6 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, peca por ignorância. Tenho que o dizer. Porque refere aqui vários aspetos que ficam mal a um Presidente de Junta de Freguesia, que não conheça o Concelho onde exerce o seu mandato.

O Senhor Presidente de Junta de Freguesia, disse que a CDU nunca fez apelo a apoios ao comércio local, deve ter andado distraído com certeza, porque a CDU tinha vários planos de apoio ao comércio local. Mas para além dos planos específicos de apoio ao comércio local, que desenvolveu em articulação com as estruturas representativas do comércio local, a CDU licenciou superfícies comerciais na Sobreda, com o Mercado Municipal associado, negociou a construção do Mercado Municipal. Isto é apoiar o comércio local.

A CDU construiu o Mercado da Charneca de Caparica, que era em madeira, e isto é apoiar o comércio local. A CDU construiu o Mercado da Sobreda, no Feijó, e isto é apoiar o comércio local.

Portanto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica está equivocado. E depois, está equivocado noutra questão, ficamos sem perceber, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia disse que o PS e CDU promoviam um mais do que o outro, o outro mais do que o primeiro, não se percebeu muito bem, mas depois acabou por dizer que afinal não é o PS que promove, é a atratividade económica da Freguesia a que preside. Em que é que ficamos Senhor Presidente, é o PS que promove, é a atratividade económica, ou só quando é a CDU é a CDU que promove?”

6.2 – Ficou consensualizado em reunião da Conferência de Representantes a apreciação e votação em conjunto dos pontos 3.2, 3.3 e 3.4, da ordem de trabalhos, relativos às Propostas da Câmara Municipal sobre “Prestação de Contas de 2024 – Município de Almada”; “SMAS – Relatório e Contas de 2024”; “Wemob - Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2024”;

6.2.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS);

6.2.1.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



A Prestação de Contas é um exercício de transparência e uma obrigação de todas as entidades públicas. Por outro lado, a gestão dos dinheiros públicos deve ser equilibrada e assegurar o futuro e sustentabilidade das gerações vindouras. É esse o exercício que vamos hoje aqui apresentar, um exercício com rigor, equilíbrio e sobretudo que assegura a sustentabilidade.

Desde do início do mandato, temos assegurado um crescimento sustentado e o equilíbrio na execução das despesas.

Temos assegurado transparência na gestão, na atribuição de apoios e na prestação de informação. E os números não mentem, os 87.000.000.00€ (oitenta e sete milhões de euros) de execução de receita em 2017, quase que duplicaram em 2024, com uma execução de 157.000.000.00€ (cento e cinquenta e sete milhões de euros).

E durante estes dois últimos mandatos, a execução da despesa, ora superior à receita, ora inferior, sendo que apesar de em 2024 a execução da despesa ter sido superior à execução da receita, foi de 164.000.000.00€ (cento e sessenta e quatro milhões de euros).

Também é importante recordar, o compromisso dos Municípios que literalmente fizeram adiantamentos em prole dos projetos nacionais, como é o caso da habitação. E neste domínio devemos lembrar mais uma vez, o PRR. A oportunidade e o sonho da execução de projetos de grande dimensão, financiados por fundos comunitários, com uma pequena contrapartida dos Municípios e em prole desta ambição em Almada, adiantamos esses montantes para assegurar a construção de quase uma centena de fogos e adquirimos quase meia centena de fogos. Mas o financiamento comunitário apenas vai chegando a conta gotas. O sonho para se concretizar, passa um bocadinho por um grande pesadelo.

Mas, ainda assim, o Município de Almada cumpriu as regras do equilíbrio orçamental definidas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, porque, a totalidade da despesa corrente, obteve cobertura na receita bruta cobrada.

A receita corrente superou a despesa corrente em 10%, registando um excedente de 13.400.000.00€ (treze milhões e quatrocentos mil euros).

A diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, revelou uma margem de 11.300.000.00€ (onze milhões e trezentos mil euros).

Percebo, que se pergunte como podemos explicar este crescimento sustentado.

A explicação é simples.

Em 2024 os impostos diretos apresentaram a maior fatia da receita corrente 48,4%, totalizando 70.400.000.00€ (setenta milhões e quatrocentos mil euros), registando um crescimento de 4.200.000.00€ (quatro milhões e duzentos mil euros) face ao período anterior.

De recordar que, em 2021, a receita destes impostos significava 62.600.000.00€ (sessenta e dois milhões e seiscentos mil euros) para o Orçamento Municipal.

E nesta componente dos impostos diretos, não podemos esquecer a importância que tem o IMI, o IMT, o IUC e a Derrama.

E o que nos dizem estes impostos ou os números destes impostos?

Podemos dizer que há mais casas em Almada, apesar de redução que efetuamos no do valor da taxa do IMI em 2023, verificamos um aumento da receita deste imposto em 2024, de 29.400.000.00€ (vinte e nove milhões e quatrocentos mil euros), para 30.800.000.00€ (trinta milhões e oitocentos mil euros).

É verdade que, temos mais habitação em Almada, e continuamos a ter, de iniciativa pública e de iniciativa privada.

8.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente ao IMT, que reflete no fundo as transações de imóveis, dizer que o exercício relativo a este mandato, em 2021, a receita do IMT era de 25.700.000.00€ (vinte e cinco milhões e setecentos mil euros) e em 2024 foi de 32.300.000.00€ (trinta e dois milhões e trezentos mil euros).

Ou seja, além de haver mais casas, existiram mais transações, o que prova que Almada, além de ser um território de muitos é também um território que atrai muitos.

Poderemos fazer o mesmo exercício em relação à receita do IUC e da Derrama, que representam tendências crescentes o que me arriscaria a dizer, refletem não apenas a melhoria do parque automóvel dos almadenses, como também a vitalidade do nosso comércio.

Mas na própria Atividade Municipal, taxas, multas e outras penalidades, venda de bens e serviços correntes e outros, temos incremento nas nossas receitas em mais de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros).

Nas receitas de capital, tivemos um natural incremento de cerca de 7.000.000.00€ (sete milhões de euros) sobretudo por causa do financiamento do PRR.

Atenta à sua importância as transferências corrente e de capital no ano de 2024 denotaram uma tendência crescente e ascenderam a 55.100.000.00€ (cinquenta e cinco milhões e cem mil euros) com um acréscimo de 11.900.000.00€ (onze milhões e novecentos mil euros) comparando com a receita do ano de 2023. Sobretudo em razão das transferências de competências no domínio do social, da saúde e da educação.

No que à despesa diz respeito, será importante salientar o esforço deste executivo na manutenção dos equilíbrios necessários à boa gestão pública.

Apesar dos encargos correntes que um Município da nossa dimensão tem, designadamente em matéria de remunerações 61.500.000.00€ (sessenta e um milhões e quinhentos mil euros), aquisição de bens e serviços 47.300.000.00€ (quarenta e sete milhões e trezentos mil euros) em especial nas despesas com encargos e instalações, combustíveis, resíduos sólidos urbanos AMARSUL e das transferências correntes 20.500.000.00€ (vinte milhões e quinhentos mil euros) para as escolas, para as famílias no apoio social, para as IPSS's e para as Juntas. Importa ainda mencionar que durante o ano de 2024 a despesa de capital ascendeu a 42.600.000.00€ (quarenta e dois milhões e seiscentos mil euros).

Neste aspeto devo ainda salientar sobretudo, as aquisições de bens de capital com uma execução de 25.100.000.00€ (vinte e cinco milhões e cem mil euros) e uma variação positiva de 480.000.00€ (quatrocentos e oitenta mil euros) face ao ano de 2023.

Estamos a investir mais e de uma forma responsável no nosso território. Tivemos vários exemplos em 2024: a reabilitação da Escola Maria Rosa Colaço, parte das obras, entretanto concluídas na Avenida do Mar, grande parte da empreitada do Parque Urbano da Charneca de Caparica, o CRIA – Centro de Respostas Integradas de Almada, e tantos outros investimentos que prosseguimos.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Bem sei que o que irei elencar não entra para as contas do Município, mas não podemos deixar de a elas nos referir:

O alargamento do IC20, a expansão do Metro até à Costa da Caparica e à Trafaria, e as perspetivas de um novo túnel Trafaria- Algés, o carregamento de areias para as praias, a reabilitação da Margueira, foram conquistas deste executivo que exigiram muitas horas de reuniões, muito trabalho de equipa e sobretudo muita resiliência. Mas hoje são projetos e concretizações que todos os almadenses podem vislumbrar.

Apresento assim, este exercício de Prestação de Contas, agradeço a vossa atenção e ponho à vossa consideração.”

6.2.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU), e a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS);



6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório e Contas da Câmara Municipal de Almada de 2024, não nos traz nada de novo e adensa cada vez mais as nossas preocupações pelo caminho para onde este executivo municipal do Partido Socialista, até há um ano com o apoio do PSD, nos está a conduzir.

Sete orçamentos municipais e respetivos relatórios e contas desde 2028, em que sistematicamente se registam desvios consideráveis entre o que se orçamenta e se executa, só podem resultar num enorme desrespeito pelos cidadãos do nosso Concelho e contribuem para a descredibilização da atividade política.

Sete anos de gestão do PS em Almada, em que se agravou a carga fiscal sobre os nossos munícipes de uma forma escandalosa, atingiu em 2024 os 70.400.000.00€ (setenta milhões e quatrocentos mil euros), um aumento de 50% em 7 (sete) anos. Almada é hoje um dos Concelhos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, com maior carga fiscal por munícipe.

Sete anos em que as receitas municipais com taxas, multas e outras penalidades, quase triplicaram atingindo em 2024 os 9.400.000.00€ (nove milhões e quatrocentos mil euros). Sendo que grande parte destas receitas são provenientes da subida enorme das taxas urbanísticas que mais do que duplicaram as suas receitas, aumentaram 176%. Esta é a forma de apoiar os cidadãos de Almada a construírem a sua habitação.

Sete anos em que as tarifas de água e saneamento praticadas no nosso Concelho passaram a ser as mais elevadas do distrito de Setúbal (cerca de 40% acima da média).

Se considerarmos dois munícipes de duas Freguesias vizinhas, Corroios e Laranjeiro, no final do mês a fatura de água e saneamento do morador no Laranjeiro é cerca de 30% mais cara do que a do seu vizinho de Corroios. Expliquem-nos isto, por favor. Será que alguém entende a razão porque isto acontece no nosso Concelho?

Entretanto, para piorar ainda mais a situação, o nosso Concelho é o Concelho do distrito de Setúbal com maiores perdas de água na rede pública (cerca de 30%) e com a rede de águas mais envelhecida, tendo o SMAS nos últimos cinco anos (dados da ERSAR) reabilitado apenas 0,3% das condutas de abastecimento com mais de 10 anos. Consequência de tudo isto, a população da Costa da Caparica esteve sem água em grande parte do fim-de-semana, à imagem do que se vem verificando em outros pontos do Concelho de Almada.

Em 2024 mais de 1/5 (um quinto) do orçamento global da despesa não foi executado, sendo que este nível de não execução orçamental, é consideravelmente superior quando se trata da execução de despesas de investimento fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes, ao nível da habitação, da educação, dos equipamentos sociais, culturais e desportivos, a que todos devemos ter acesso e ao nível da mobilidade rodoviária dentro e para fora do Concelho.

Agora, a conversa é o Metro. O Metro, imaginem, alguém me sabe dizer quando é que o Metro começa? O presente é o que é, uma tristeza, mas o futuro vai ser lindo com o Partido Socialista.

Nas despesas de investimento executadas pelo Município em 2024, esse nível de execução foi de apenas 40,9%. A Câmara Municipal orçamentou de investimento para o último ano, 2024, 52.300.000.00€ (cinquenta e dois milhões e trezentos mil euros) e executou apenas 21.400.000.00€ (vinte e um milhões e quatrocentos mil euros).

É verdade que o orçamento municipal tem crescido muito nos últimos anos em termos absolutos, bem visível no aumento das despesas com pessoal, com aquisições de bens e serviços e nas transferências correntes, mas não tem sido pelo maior dinamismo do Município, não disso não se pode orgulhar o executivo do PS em Almada, esse crescimento tem resultado apenas da forma irresponsável, como o PS aceitou as transferências de competências que o Governo do seu próprio partido lhe impôs, e para as quais, tal como tínhamos, não se encontrava manifestamente preparado.

O Município de Almada, tem desde 2021, várias centenas de trabalhadores a mais e tem muito mais responsabilidades especialmente nas áreas da educação, da saúde, da ação social e da habitação e se já antes



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

das transferências de todas estas responsabilidades as suas incapacidades para gerir este Município estavam à vista de todos, agora a situação é ainda mais grave.

Tudo isto é bem visível nas mais variadas rubricas do Plano Plurianual de Investimento em que em muitos casos os níveis de execução são inferiores a 50%.

Alguns exemplos apenas:

Área da habitação, o montante previsto de investimento era para 2024 de 22.900.000.00€ (vinte e dois milhões e novecentos mil euros), acabaram por ser apenas investidos 7.700.000.00€ (sete milhões e setecentos mil euros) e ainda não foi em 2024, sete anos depois de chegarem à presidência do Município de Almada, que o PS conseguiu concluir a construção do 1.º fogo para o nosso parque municipal de habitação.

Área da saúde, o Município orçamentou a execução de 1.163.000.00€ (um milhão cento e sessenta e três mil euros) na construção de dois centros de saúde (no Feijó e na Costa da Caparica) executou apenas 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros) (cerca de 13%) e as obras ainda não foram iniciadas.

Área da ação social, o Município candidatou ao PRR e orçamentou dois projetos de intervenção em comunidades desfavorecidas na Caparica-Trafaria e na Costa da Caparica, nos quais previu gastar em 2024, 4.500.000.00€ (quatro milhões e quinhentos mil euros), chegados ao final do ano, executou apenas 360.000.00€ (trezentos e sessenta mil euros). O ano de 2026 aproxima-se e o risco deste projeto poder perder o seu financiamento cresce de dia para dia.

Área da cultura, estavam orçamentados 2.600.000.00€ (dois milhões e seiscentos mil euros) foram apenas executados 1.000.000.00€ (um milhão de euros).

Nem a instalação do museu vivo da Arte Xávega que se arrasta de ano para ano avançou.

Área da educação, estavam orçamentados cerca de 5.100.000.00€ (cinco milhões e cem mil euros) em investimento, foram gastos apenas 3.800.000.00€ (três milhões e oitocentos mil euros).

E muitos outros projetos poderíamos ainda referir, como o Centro de Bem-Estar Animal, tanta vez aqui falado, vem sendo prometido de ano para ano e que se arrasta incompreensivelmente, ou os projetos também financiáveis pelo PRR, de residências para estudantes e da Loja do Cidadão, ou ainda o projeto de reconversão do edifício da EDP, e outros, e outros e outros.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais;

A gestão do PS que sempre se caracterizou pela sua falta de rigor e opacidade, tem conseguido nos últimos anos incluir na rubrica de aquisição de serviços, duas subrubricas de outros – outros trabalhos especializados e outros serviços, página 51 do relatório de gestão, em que as despesas aí incluídas representam mais de 50% do total do montante gasto com aquisições de serviços, falamos só em 2024, de 18.600.000.00€ (dezoito milhões e seiscentos mil euros), incluídos em “outros”, imaginem. E mais, nos últimos 4 (quatro) anos, nesta subrubricas outros, foram incluídos 63.700.000.00€ (sessenta e três milhões e setecentos mil euros).

Desta forma estas despesas escapam ao escrutínio desta Assembleia Municipal.

Seria interessante conhecer essas despesas e por isso a CDU, no seguimento desta nossa intervenção vai formalmente solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal, o conhecimento desagregado daquelas subrubricas das despesas municipais.

Nunca se viu em lado nenhum, nada igual, se a subrubrica outros é normalmente uma subrubrica residual, representando normalmente 1 a 2% de um determinado tipo de despesa, em Almada a opacidade vigente leva essa subrubrica mais de 50% da despesa com aquisição de serviços.

A gestão do PS no Município de Almada, revela também preocupantes fragilidades estruturais na execução orçamental da despesa, com uma estrutura de despesa com forte peso da despesa corrente, nomeadamente ao nível das despesas de pessoal e aquisição de serviços, representam (61,6% da execução do total do ano em



R.

2024) e uma taxa de execução de investimento bastante reduzida com níveis a rondar os 41% do valor orçamentado e um peso de apenas 12,1% do total da despesa do ano.

Esta não execução de investimento, sendo transversal a todas as áreas de intervenção do Município tem, no entanto, uma forte incidência ao nível do programa de habitação do Município, que não tem tido execução física apesar dos valores de compromissos assumidos ao longo destes dois mandatos, com forte impacto para os anos futuros, para além da vigência do PRR.

Chamamos à atenção do PS e do PSD, unidos na gestão deste Município desde o final de 2017 até ao final de 2024, (agora houve uma separação ao que parece nada conflituosa, foi tudo muito bem feito) que apesar dos baixos níveis de execução de investimento, ao longo deste período, o Município tem vindo a assumir compromissos de investimentos (aproximadamente 80.000.000.00€ (oitenta milhões de euros) que, a médio prazo, podem pôr em causa o equilíbrio e a saúde económico-financeira deste Município. Estes compromissos em causa dizem respeito, principalmente, aos investimentos no âmbito do Plano Municipal de Habitação e na área da Educação, os quais apresentam como fontes de financiamento fundos do PRR, que se esgotam no final do 1.º semestre do próximo ano.

Esperamos todos, e já apresentamos uma proposta no Parlamento Europeu, que isso não aconteça, mas se acontecer, são vocês os responsáveis.

Como repetidamente aqui temos afirmado, esta incompetência, esta incapacidade e esta inação que o executivo do PS em Almada tem vindo a demonstrar, é não apenas hoje fortemente penalizadora da vida dos almadenses, como pode no futuro vir a custar muito caro a todos os cidadãos deste Concelho, em particular a todos aqueles que dependem dos serviços públicos de habitação, educação, saúde, ação social, cultura e desporto para terem acesso a uma vida digna.

A resolução de muitos dos problemas locais que enfrentamos, exigem uma outra qualidade de intervenção, um outro empenho e uma proximidade com os interesses do povo e dos trabalhadores, que este executivo tem mostrado não ter e talvez mais grave do que isso, nem quer ter.

Como em outras oportunidades já aqui afirmámos, com a atual gestão do PS em Almada, haverá certamente quem ganhe, mas não são seguramente os trabalhadores, não são os jovens, não é a população idosa, não é o movimento associativo, cultural e recreativo, não é a comunidade educativa e não são as instituições particulares de solidariedade social.

Estes, todos os dias perdem, vendo os seus interesses permanentemente defraudados.

Apesar de sentirmos que o nosso Concelho atravessa o período mais difícil depois dessa revolução libertadora que foi o 25 de Abril de 1974, de que acabámos de comemorar os 51 anos, temos a profunda convicção, que os cravos de Abril ainda voltarão a florir neste Concelho, para regozijo do povo de Almada.”

6.2.2.2 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dizer que, um relatório de contas, é um reporte de realidade. A realidade depois tem várias leituras. Mas essas já são subjetivas. E, portanto, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, tem a sua leitura subjetiva de tudo o que disse, eu poderia agora aqui, ponto por ponto estar a, relativamente, às comunidades desfavorecidas, à questão das aquisições, não chegaria a lado nenhum porque não tenho tempo, mas esta é a realidade. E o que aqui está é a realidade. A leitura que o Senhor Deputado Municipal faz, é a sua leitura, mas essa é subjetiva.”

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação em conjunto das Propostas sobre “Prestação de Contas de 2024 – Município de Almada”; “SMAS – Relatório e Contas de 2024” e “Wemob - Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2024”, tendo sido aprovadas por maioria com 20 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Freguesia da Costa da Caparica; 16 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 1 abstenção da eleita do PAN, através das seguintes:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal aprova a Prestação de Contas 2024 do Município de Almada, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, e do artigo 27.º, n.º 2, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:*

*1 – Demonstrações Financeiras e Orçamentais do Município, constituídas por:*

- a) Demonstrações Financeiras Individuais, onde se inclui o “Mapa de Fluxos de Caixa”;*
- b) Demonstrações Financeiras Individuais onde se inclui o “Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental”;*
- c) Anexos às Demonstrações Orçamentais;*
- d) Relatório de Gestão.*

*2 – Documentos relativos às entidades integradas na esfera do Grupo Autárquico (Agências Municipais):*

- a) Relatório Anual e Contas do ano de 2024 da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada;*
- b) Relatório Anual e Contas do ano de 2024 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local;*
- c) Relatório Anual e Contas do ano de 2024 da NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local.*

*nos precisos termos da deliberação de Câmara de 7 de abril de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-124-DF.*

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal aprova o Relatório e Contas 2024 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS), nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 7 de abril de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-138-GP.*

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal aprova o Relatório e Conta de Gerência da Wemob, E.M., S.A. relativos ao exercício do ano de 2024, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 7 de abril de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-140-OA.*

6.3 – Entrou-se no ponto 3.6 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN000466S2025 para “Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores em Instalações Municipais, Escolas e Centros de Saúde, por lotes, pelo prazo de 2 anos”;

6.3.1 – Para interpelações à Mesa nos termos artigo 51.º do Regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

6.3.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, perguntamos onde está a proposta para apreciação e votação? É a primeira questão que nós colocamos.

Na pasta disponibilizada aos Deputados Municipais, estão referidos corretamente o ponto 3.2, 3.3, 3.4, identificados inequivocamente. No 3.1 estão lá vários documentos misturados, mas como é para apreciação do trabalho camarário não nos pronunciamos.



Os pontos 3.5, 3.6 e 3.7 não existem. Não estão na pasta. Estão lá efetivamente pastas dos pontos 3.5, 3.6 e 3.7, mas por exemplo, o ponto 3.6, não tem nenhuma proposta com o nome do ponto que estamos a votar, nem está numerada. Está lá um documento Word e a documentação que está dentro do ponto 3.6 o documento em Word é diferente do documento em PDF que lá está. Os documentos são diferentes. Por isso efetivamente, estamos a votar o quê? Quando não conseguimos identificar o que está a ser presente a votação.

Eu tenho os Printes se for preciso mostrar. Não conseguimos identificar corretamente qual é o processo, estão documentos Word lá inseridos que podem ser alterados e o PDF é diferente do documento Word. Por isso, efetivamente, estamos a votar o quê? Não conseguimos perceber.”

6.3.2 – Para esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa Presidente da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS).

6.3.2.1 – O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, compreendo a sua questão, eu confesso que, a Mesa estava convencida que os documentos estão em conformidade na pasta, pode ter existido algum problema. Agora, o que temos que fazer é fazer a confirmação se os documentos estão ou não.

De qualquer forma eu pergunto se mais alguma bancada teve esse mesmo problema em aceder aos documentos?”

6.3.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Novamente só para esclarecer. O documento Word do ponto 3.6 está diferente do documento em PDF, existem alterações no documento, os pontos não são os mesmos, têm que ter diferenças, tem clausulado diferente, tem algumas alterações que poderão ser alterações de conteúdo. Desconhecemos.

O documento Word do ponto 3.7 está igual ao documento em PDF, mas efetivamente está um documento em Word que se chama “proposta”. Afinal estamos a votar um documento Word ou estamos a votar um documento em PDF? O facto de existirem dois documentos com o nome semelhante não identificamos inequivocamente o que estamos a votar, e no caso do ponto 3.6 é mesmo grave porque os documentos têm alterações. Nós pedimos que os documentos não sejam colocados a votação.”

6.3.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, em primeiro lugar, aquilo que o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes disse não deixa de ser verdade. Existe uma falta de cuidado na documentação que é enviada para a Assembleia Municipal.

Que enviam coisas que são necessárias e que não são necessárias. E depois, acontece isto.

Existiu possivelmente uma primeira proposta em Word, que sofreu alterações, a proposta em PDF é obviamente aquela que está validada, porque tem inclusivamente, a validação e a assinatura da Jurista do Departamento Jurídico da Câmara Municipal, que validou essa proposta juridicamente, e terá sido essa proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e submetida à Assembleia Municipal.

Não obstante, chamamos de facto atenção, que se calhar seria preferível, todo o histórico de documentação que, e isto também para o Senhor Deputado Municipal do CHEGA que não tem essa experiência executiva perceber, portanto, todas estas propostas passam por várias unidades orgânicas da Câmara Municipal, vão sendo trabalhadas e ficam todas no histórico. E o que tem acontecido, é que todo esse histórico e toda a documentação, por uma questão de transparência, são todas colocadas e disponibilizadas aos Deputados Municipais.

h.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não estou a dizer que seja uma prática errada, mas poderia haver uma distinção pelo menos naquilo que é a designação dos documentos propriamente ditos, para quem tem menos experiência e não consiga rapidamente identificar, como por exemplo, nós conseguirmos identificar de imediato, qual é que é a proposta que efetivamente é posta à votação.

Mas quer a proposta do ponto 3.6, quer do ponto 3.7, as propostas estão Drive são os PDF que estão assinados digitalmente pela Jurista que também fez a validação e que também está anexa.”

6.3.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, em relação às propostas, o formalismo conta, não é uma questão de experiência ou não, o formalismo conta.

As propostas têm que estar inequivocamente identificadas para todos os presentes poderem vota-las e para amanhã quando nos perguntarem o que é que votamos, podermos dizer efetivamente o que é que votamos.

O facto de haver dois documentos chamados “proposta” com conteúdos diferentes, eu julgo que o documento do ponto 3.6 não está em condições para ser votado.

Do nosso ponto de vista, são duas propostas que nós até apoiamos, mas esta casa requer transparência e requer formalismo, e o formalismo faz parte das nossas funções.

Eu acho que o ponto 3.6 não deveria ser colocado a votação por haver dois documentos com nomes semelhantes com conteúdo diferentes.”

6.3.3 – Para apresentar um Recurso ao Plenário nos termos do artigo 54.º do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

6.3.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Dirijo-me unicamente a vocês porque os Senhores são os soberanos desta Assembleia Municipal, são a última linha que zela pelo bom funcionamento desta Assembleia Municipal.

Podemos não concordar ideologicamente em muita coisa, mas em algo em que concordamos. Esta Assembleia Municipal tem que ser isenta, livre de condicionantes de tempo do executivo camarário.

Já todos constatamos o decréscimo da isenção e disponibilidade do nosso Presidente da Assembleia Municipal, seja por estar mais preocupado com as eleições legislativas, quando tudo faz para voltar a ser Deputado do que o funcionamento desta Assembleia Municipal de Almada, seja por indisponibilidade.

Mas o que temos vindo a observar é factual e a forma como os documentos foram apresentados a este Plenário, é o mais recente exemplo, na mensagem tem que ser transmitida que esta casa é isenta, intocável e soberana e os documentos que foram apresentados a este Plenário não estão em condições e os municípios não exigem menos do que isto.

Não podemos aceitar que sejam colocados a votação propostas que não possamos inequivocamente identificar qual o objeto a ser votado, a transparência assim o exige.

Amanhã quando nos perguntarem qual é o documento sobre o qual esta Assembleia Municipal se pronunciou, temos que poder responder que sabemos exatamente sem qualquer dúvida, o que foi votado.”

6.3.4 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da rejeição do Recurso tendo sido votada por maioria com 31 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 10 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos



eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 2 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 4 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6.3.5 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Baptista Parreira (PS);

6.3.5.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trata-se do início do procedimento de concurso público para aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores em instalações municipais, escolas e centros de saúde, por lotes, pelo prazo de dois anos.

Está à vossa consideração na proposta, a descrição dos lotes: lote 1 edifícios dos serviços, lote 2 edifícios escolares, lote 3 edifícios de habitação social, lote 4 edifícios de centros de saúde.

De relevante nesta proposta, o preço base do procedimento, 443.495.94€ (quatrocentos e quarenta e três mil quatrocentos e noventa e cinco euros e noventa e quatro cêntimos) a que acresce o IVA à taxa legal, desagregado da forma com se prevê na própria proposta.

Está também à vossa consideração a fundamentação desta despesa e da proposta, a fundamentação do preço base e o reconhecimento também, dado aos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas que a proposta foi aprovada pela Câmara Municipal no dia 21 de abril de 2025.

O que se propõe a esta Assembleia Municipal, é a aprovação dos encargos plurianuais divididos por três anos económicos, as importâncias são fixadas por cada ano económico e estão subjacentes à proposta, a reprogramação financeira plurianual também e dá-se nota aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas, que a verba foi aferida à sua disponibilidade e que está devidamente cabimentada.”

6.3.6 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, aprova os encargos plurianuais para a aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores em Instalações Municipais, Escolas e Centros de Saúde, por lotes, pelo prazo de 2 anos, no valor global de 545.000,01 € (quinhentos e quarenta e cinco mil euros e um cêntimo), nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de abril de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-139-DCOMP.*

6.3.7 – Para apresentar uma Declaração de Voto usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.3.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA votou a favor desta proposta porque concorda, mas fica registado em Ata que estamos a votar a favor da proposta N.º 2025-139- DCOMP, Signed.PDF, é esse o documento que estamos a aprovar e não consideramos mais nenhum outro documento.”

6.4 – Entrou-se no ponto 3.7 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00328S2025 para “Fornecimento de refeições escolares no Concelho de Almada, para os anos letivos de 2025/2026 e 2026/2027, por lotes”.

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS);



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.1.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito simples, têm a proposta convosco, é o concurso para fornecimento de refeições que se inicia no próximo ano letivo, em outubro de 2025, é um concurso que é feito por lotes, no primeiro lote temos todas as escolas do Ensino Público desde o Pré-Escolar ao 12.º Ano.

No lote 1 e lote 2 temos a Creche e Jardim de Infância que é a Creche aberta a todos os munícipes e, portanto, tem que ser um lote à parte.

Têm convosco a fundamentação e o valor total deste concurso é de 10.519.618.50€ (dez milhões quinhentos e dezanove mil seiscientos e dezoito euros e cinquenta cêntimos) e por este valor, eu penso que é fácil ele imaginar o número de refeições que são servidas e tudo aquilo que implica este serviço de refeições.

Sabemos todos e hoje aqui mais uma vez, as questões vieram à tona, que é evidente, neste número de refeições que é servido, há sempre isto ou aquilo que não corre bem. Mas devo dizer-vos que, e foi aprovado em reunião de Câmara o Relatório dos Refeitórios e que eu fiz questão que fosse, porque era do mandato e porque era de três anos de transferência de competências, em que houve uma melhoria grande da qualidade só serviço, está espelhada e porque é houve? O que é que foi feito para que houvesse? Portanto, é bom que, nós sabemos como as coisas são, dizer mal é fácil e às vezes é simpático, mas a questão e a verdadeira realidade são estas. E efetivamente, eu tive a preocupação de na sequência da reunião anterior ir ver aos serviços que temos, públicos abertos por onde podem ser feitas todas as denúncias, e efetivamente, as últimas reclamações que tinha eram quatro ou cinco reclamações. O que significa que isto junto ao facto de as refeições terem tido um crescimento exponencial e exponencial não nos pequeninos, mas nos alunos mais velhos do Ensino Secundário que têm outras opções e que foi por opção própria que passaram desde que o serviço melhorou a comer nos refeitórios das escolas.”

6.4.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Marta Cortez Santos (PS), Margarida Ramires Paulos (PAN), Pedro Celestino Pereira (BE).

6.4.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Segundo os dados resultantes dos inquéritos da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, em 2023, Portugal é o país da OCDE onde menos alunos ficam sem comer por falta de dinheiro nas escolas.

Servimos mais e servimos a preços baixos para garantir que ninguém fica de fora, que nenhum aluno passa fome na sua escola.

Seria possível que esta grande quantidade servida trouxesse também uma diminuição da qualidade. Mas não é isso que os dados demonstram. Num estudo britânico também de 2023, financiado pelo Conselho Europeu, revela que Portugal é um dos melhores países da Europa ao nível de nutrição, qualidade, quantidade, e variedade, no fornecimento de refeições escolares aos alunos. Isto são dados verdadeiros e concretos.

Quero com isto dizer que, estamos a ir no caminho certo, mas isso não significa que não haja sempre mais caminho a percorrer, e é com orgulho que temos que olhar para o caminho e para a evolução resultantes do trabalho desenvolvido pelo executivo atual do Município de Almada, no âmbito do serviço das refeições escolares.

O Relatório apresentado já aqui referido, relativo ao passado ano letivo de 2023-2024, é a prova clara, que uma gestão comprometida com a nutrição, a saúde pública e o sucesso escolar das nossas crianças e jovens, têm efeitos. Basta olhar para os números, foram servidas quase 1900.000 (um milhão e novecentas) refeições num universo que ultrapassa 24.000 (vinte e quatro mil) alunos e utentes. Um aumento de mais de 150.000 (cento e setenta mil) refeições face ao ano anterior. É um reflexo direto da consolidação da descentralização de competências e da confiança que a comunidade educativa deposita neste Município.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2

Destaco ainda, a uniformização da qualidade só serviço prestado em 59 (cinquenta e nove) refeitórios com confeção local em mais de 80% dos casos, bem como, a melhoria progressiva das ementas que também foi aqui referida agora pela Senhora Vereadora. Não só foram revistos e melhorados os pratos vegetarianos como introduziram ingredientes mais diversos, mais equilibrados como o salmão, a corvina, o pato, respeitando o padrão alimentar mediterrânico, melhorando as refeições dos nossos estudantes.

Este executivo também não virou a cara às necessidades que existiam, pelo contrário deu respostas, implementaram-se formações específicas para cozinhar a confeção vegetariana, responderam-se a mais de 113 (cento e treze) reclamações com transparência e rigor, e apostou-se num modelo de monitorização continua através de visitas técnicas, auditorias externas e questionários no SIGA. E os resultados falam por si, os refeitórios escolares obtiveram avaliações consistentes de bom em todos os parâmetros de qualidade.

Queria ainda sublinhar, o papel exemplar desta Câmara Municipal, no apoio a projetos escolares e sociais, com mais de 3.700 (três mil e setecentas) refeições asseguradas em iniciativas como o Erasmus ou as férias dos jovens.

Reforça-se ainda a dimensão inclusiva e educativa, nomeadamente, através da pareceria com a REFOOD, que transformou os excedentes alimentares em apoio direto a famílias carenciadas num gesto de consciência social e ambiental, que muito nos honra.

Por fim, não posso deixar de destacar também, no programa “Viver Almada” que integrou atividades pedagógicas como campanhas de sensibilização e formação continua consolidando o refeitório escolar como um espaço de saúde, de educação e de cidadania.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O Relatório que vos foi apresentado não é apenas um conjunto de dados, é efetivamente, o reflexo de uma visão estratégica, humanista e eficaz para Almada, uma visão que é colocada em prática ouvindo a comunidade e melhorando continuamente.

Este tem sido sempre, o compromisso deste executivo com a educação e com o futuro.

Nesse sentido, e para dar continuidade a esta mesma visão, é necessário que esta Assembleia Municipal aprove o início do procedimento por concurso público deste contrato em causa, de fornecimento de refeições escolares para o ano letivo de 205-2026, e 2026-2027.”

6.4.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre este assunto, saudamos o detalhe que foi fornecido e a apresentação útil sobre as refeições escolares.

No entanto, lamentamos que as refeições vegetarianas embora seja dito que foram melhoradas, estive a ler com bastante detalhe os vários menus diários, e parecem-me bastantes pobres em imaginação sendo eu vegetariana e também pouco apelativas na maioria das vezes. Provavelmente eu não comeria na escola se me servissem o que servem aos alunos.

E por outro lado, também é pena que não possam ser servidas sem que para isso tenham que ser requisitadas antecipadamente pelo aluno ou o encarregado de educação. Porque há pessoas que não são vegetarianas, mas comem pratos vegetarianos vários dias por semana, ou porque não gostam da opção de carne ou peixe, ou porque procuram uma alternativa mais saudável. Por isso, não faz sentido que a opção vegetariana não esteja disponível sempre, mesmo para quem não requisitou com antecedência. Mesmo que em pequenas quantidades pelo menos para ver a adesão dos alunos.”

6.4.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Só para dizer que o nosso sentido de voto vai ser a favor, porque evidentemente, a curto prazo não há outra alternativa. Mas, queremos lembrar que o Bloco de Esquerda sempre foi a favor da internalização deste serviço em vez da externalização por empresas fora da Câmara Municipal e que essa é uma posição que continuamos a manter e torna-se até particularmente importante até para a proteção dos trabalhadores, inclusive, no próprio Relatório sobre as refeições, revela que houve falhas nalguns meses até graves porque o rácio de trabalhadores devia de estar disponível, e por isso vamos de facto votar a favor, não outra alternativa e as crianças não podem ficar sem comer. Mas a longo prazo gostaríamos de ver uma alternativa internalizada deste serviço pela Câmara Municipal.”

6.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 36 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 1 abstenção da eleita do PAN, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, aprova os encargos plurianuais para fornecimento de refeições escolares no Concelho de Almada, para os anos letivos de 2025/2026 e 2026/2027, por lotes, no valor global de 11.955.243,90 € (onze milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e três euros e noventa cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de abril de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-149-DCOMP.*

**7** – Usou ainda da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para agradecer todos os trabalhadores da Câmara Municipal, técnicos da Transmissão Online e técnicas da Língua Gestual.

**8** – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a ordem de trabalhos da Sessão ordinária de Abril.

**9** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), Nuno Filipe Matias (PSD), António Sousa Matos (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Paulo Santos (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).

**10** – Foi verificada a presença de cerca de trinta e cinco munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

**11** – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO

A 2.ª SECRETÁRIA